

*Licia do Prado Valladares*

# **A invenção da favela**

Do mito de origem  
a [favela.com](http://favela.com)

## Capítulo I

A gênese da favela carioca: do campo à cidade, da rejeição ao controle<sup>8</sup>

## Introdução

Percebidas atualmente como um fenômeno tipicamente urbano, as favelas foram consideradas durante a primeira metade do século XX um verdadeiro “mundo rural na cidade”. Este capítulo tem por objeto de análise as primeiras representações desses espaços no Rio de Janeiro,<sup>9</sup> que já contam mais de 100 anos.

Defenderemos a hipótese de que as representações da favela, dominantes na segunda metade do século XX, são amplamente tributárias daquelas desenvolvidas durante as décadas iniciais do referido século, que podem ser consideradas organizadoras de um mito fundador da representação social da favela.

Através de uma literatura não específica sobre o tema, costuramos registros e informações que confirmam sua crescente importância no imaginário social, no discurso erudito e na prática urbana, indicando a maneira como ocorreu essa *construção social das representações da favela*. Isto, numa época em que conhecimento e ação eram inseparáveis, e as preocupações da intelectualidade — tanto carioca quanto nacional — estavam centradas no futuro da jovem República, na saúde da sociedade, no saneamento do país e no embelezamento da cidade do Rio de Janeiro.

Esta multiplicidade de interpretações e olhares — legado de jornalistas, médicos, engenheiros e urbanistas, que escreveram antes mesmo de as ciências sociais entrarem em cena — atestam representações, associações, imagens e vocabulário, utilizados em tempos diversos por atores sociais diferentes.

Em seu conjunto, a bibliografia de textos sobre a favela carioca sugere uma periodização amplamente difundida das relações entre o Estado e a favela, e entre esta última e diversos regimes políticos particulares a cada período. Evolução que pode variar con-

forme os autores,<sup>10</sup> obedecendo, no entanto, as seguintes etapas: 1º) anos 1930 — início do processo de favelização do Rio de Janeiro e reconhecimento da existência da favela pelo Código de Obras de 1937; 2º) anos 1940 — a primeira proposta de intervenção pública corresponde à criação dos parques proletários durante o período Vargas; 3º) anos 1950 e início dos anos 1960 — expansão descontrolada das favelas sob a égide do populismo; 4º) de meados dos anos 1960 até o final dos anos 1970 — eliminação das favelas e sua remoção durante o regime autoritário; 5º) anos 1980 — urbanização das favelas pelo BNH (Banco Nacional da Habitação) e pelas agências de serviço público após o retorno à democracia; 6º) anos 1990 — urbanização das favelas pela política municipal da cidade do Rio de Janeiro, com o Programa Favela-Bairro.

Nosso intuito é reconstituir a evolução das representações sobre esse espaço social, a partir de marcos e momentos que fogem à periodização em geral utilizada. Em outras palavras, a história da reflexão sobre a favela — a sua história intelectual — não deve ser confundida com a sua história propriamente dita, baseada em datas, eventos e conjunturas, além de marcada pelas diferentes ações/intervenções implementadas pelo poder público em distintos momentos político-administrativos.

A partir de uma leitura que não segue a historiografia consagrada, propomos um rompimento com a periodização tradicional, mas sem descartá-la totalmente. Para isto pretendemos construir uma sociologia da sociologia da favela, na qual vamos examinar as origens e a constituição de um pensamento erudito sobre esse fenômeno social, privilegiando seus atores, vinculações, interesses, representações e ações.

A história da reflexão sobre a favela segue aqui uma outra lógica, e sua periodização é constituída a partir de um mito de origem: a imagem do povoado de Canudos descrita por Euclides da Cunha em *Os sertões* (1902). Imagem que também corresponde àquela vislumbra pelos primeiros visitantes da favela do Rio, quando transpuseram em suas descrições a dualidade “litoral versus sertão” para a dualidade “cidade versus favela”.

A esse período de descoberta, sucede um segundo momento de transformação da favela em problema social e urbanístico, seguido de um terceiro em que o projeto de um tratamento administrativo para o problema assume a forma de medidas e políticas concretas. Um quarto período corresponde à produção de dados oficiais, através da realização do censo de 1948, específico para as favelas do Distrito Federal, e do Recenseamento Geral de 1950 que generaliza a definição desse tipo de aglomerado urbano.

Com a entrada em cena das ciências sociais outros períodos se sucedem, mas neste capítulo pretendemos apenas considerar os quatro primeiros, com a finalidade de apontar as representações que inspiraram as ciências sociais ou, nem sempre conscientemente, foram herdadas por elas.

### Uma herança mal conhecida: o cortiço, semente da favela e do Morro da Favella<sup>11</sup>

Nem na Europa nem no Brasil as ciências sociais estiveram na origem da “descoberta” da pobreza (Leclerc, 1979; Himmelfarb, 1984; Bresciani, 1984; Barret-Durocq, 1991; Valladares, 1991). No século XIX, quando a pobreza urbana se tornou uma preocupação

<sup>8</sup> Este capítulo é uma versão bastante ampliada do artigo: “A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais” (Valladares, 2000b).

<sup>9</sup> Neste capítulo, que trata do final do século XIX e da primeira metade do século XX, a cidade do Rio de Janeiro é a capital do Brasil, e seus limites institucionais têm os limites do Distrito Federal. As citações incluídas obedecem à grafia original.

<sup>10</sup> Cf. Parisse (1969a), Leeds & Leeds (1978), Valla (1986), e Burgos (1998).

<sup>11</sup> A ortografia inicial da palavra favela era *favella*, tendo o segundo “l” desaparecido por ocasião da Reforma Ortográfica de 1940 em Portugal, e de 1942 no Brasil. Neste livro conservamos a ortografia de origem no caso dos textos escritos até 1942.

para as elites europeias, foram os profissionais ligados à imprensa, literatura, engenharia, medicina, direito e filantropia que passaram a descrever e propor medidas de combate à pobreza e à miséria. O conhecimento estava submetido a uma finalidade prática: conhecer para denunciar e agir; conhecer para propor soluções, para melhor administrar e gerir a pobreza e seus personagens; e a ciência se pôs a serviço da racionalidade, da ordem urbana e da saúde da população de suas cidades.

No Rio de Janeiro, assim como na Europa, os primeiros interessados em detalhar minuciosamente a cena urbana e seus personagens populares voltaram seus olhos para o cortiço. Considerado o *locus* da pobreza, no século XIX era local de moradia tanto para trabalhadores quanto para vagabundos e malandros, todos pertencentes à chamada "classe perigosa". Definido como um verdadeiro "inferno social", o cortiço carioca era visto como antro da vagabundagem e do crime, além de lugar propício às epidemias, constituindo ameaça à ordem social e moral. Percebido como espaço propagador da doença e do vício, era denunciado e condenado através do discurso médico e higienista, levando à adoção de medidas administrativas pelos governos das cidades.<sup>12</sup>

Na figura 1, uma caricatura de J. Carlos confirma essa imagem negativa do mundo popular, já presente no Rio de Janeiro desde a virada do século.

No Rio de Janeiro foram promulgadas leis para impedir a construção de novos cortiços,<sup>13</sup> começando por posturas municipais. No final do século XIX, uma verdadeira "guerra" foi desencadeada, levando à destruição do mais importante deles, o Cabeça de Porco. Mais tarde, Pereira Passos, prefeito do Rio entre 1902 e 1906, e conhecido como o "Hausmann tropical",<sup>14</sup> foi o principal autor de uma grande reforma urbana, com o objetivo, entre outros, de sanear e civilizar a cidade erradicando um sem-número de habitações populares.

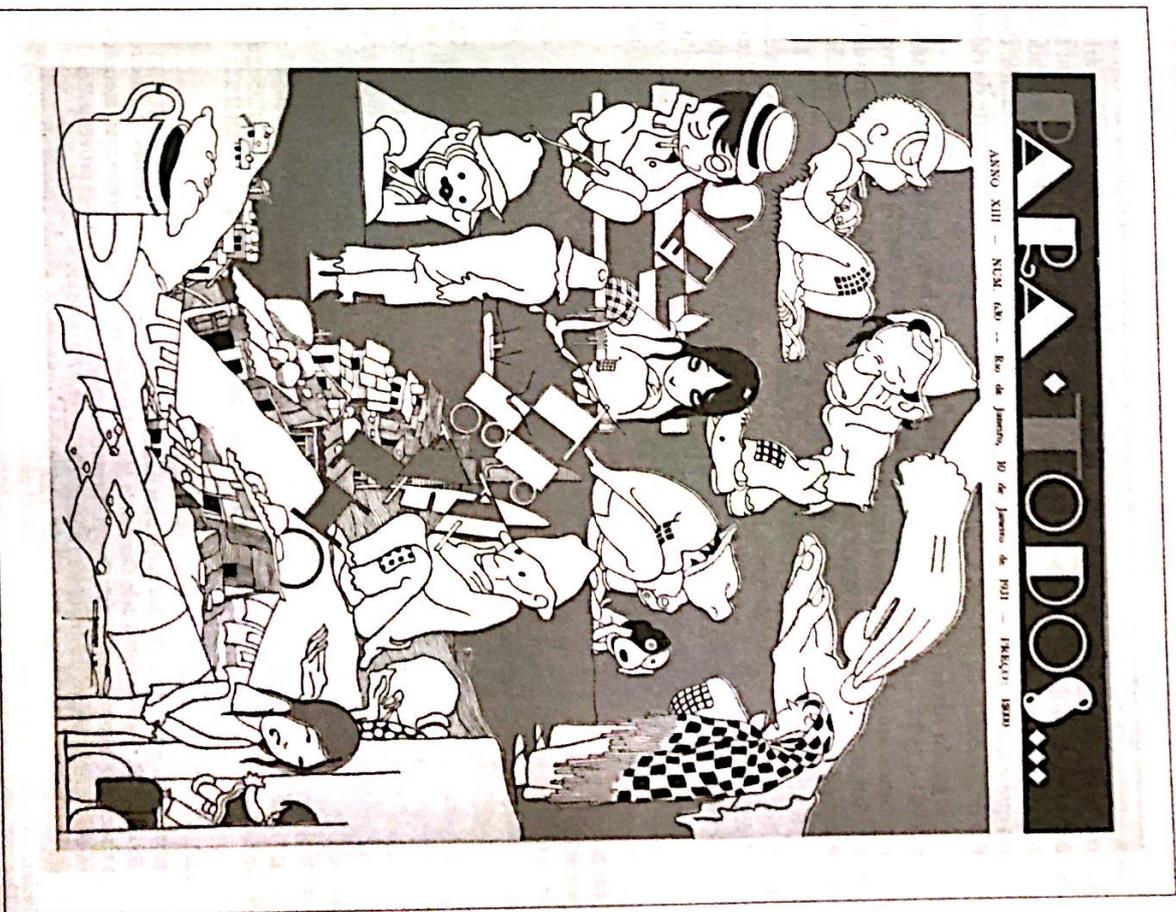
Estudos sobre os cortiços do Rio de Janeiro demonstram que esse tipo de habitat pode ser considerado o "gême" da favela. Segundo pesquisa realizada por Vaz (1994:591), o célebre cortiço Cabeça de Porco, destruído pelo Prefeito Barata Ribeiro em 1893, possuía barracos e habitações precárias do mesmo tipo identificado em seguida no Morro da Providência. Outros autores também estabeleceram uma ligação direta entre as demolições dos cortiços do Centro da cidade e a ocupação ilegal dos morros no início do século XX (Rocha, 1986; Carvalho, 1986; Benchimol, 1990).

<sup>12</sup> Esta visão dos cortiços do Rio de Janeiro parece bastante próxima do diagnóstico feito para as cidades industriais europeias, especialmente a propósito dos *slums* das cidades inglesas (Engels, 1969; Barrer-Ducrocq, 1991; Carré & Révauger, 1995).

<sup>13</sup> Cf. Backheuser (1906:105-106), o cortiço era definido pelo regulamento municipal como: "Construção proibida pela Prefeitura. É uma habitação colectiva, geralmente constituída por pequenos quartos de madeira ou construção ligera, algumas vezes instalados nos fundos de prédios e outras vezes uns sobre os outros; com varandas e escadas de difícil acesso; sem cozinha, existindo ou não pequeno pátio, área ou corredor, com aparelho sanitário e lavanderia commun. Também se considera cortiço um prédio de construção antiga, onde clandestinamente são construídas divisões de madeira (construção proibida pela Prefeitura), formando quartos ou cubículos, sem mobília, que muitas vezes se estendem aos sótãos, forros, porões, cozinhas, despensas, banheiros, etc e habitados geralmente por indivíduos de classe pobre e com o nome de casa de alugar commodos, sem direcção, onde também há lavanderia e aparelhos sanitários internos ou externos, em numero insufficiente não havendo banheiros e cozinhas".

<sup>14</sup> Benchimol (1990).

Figura 1  
Personagens típicas do mundo dos pobres ociosos



Fonte: Aevno Eduardo Augusto de Brito e Cunha. *Para Todos*, n. 630, jan. 1931.

Mas só após essa ferrenha campanha contra o cortiço foi despertado o interesse pela favela, um novo espaço geográfico e social que despontava pouco a pouco como o mais recente território da pobreza. De início, tal interesse voltou-se para uma determinada favela que catalisa todas as atenções. É o Morro da Favela, já existente com o nome de Morro da Providência, que entra para a história através de sua ligação com a guerra de Canudos, cujos antigos combatentes ali se instalaram com a finalidade de pressionar o Ministério da Guerra a pagar seus soldados atrasados. O Morro da Favela, pouco a pouco, passou a es-tender sua denominação a qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos. Con-juntos que então começaram a se multiplicar no Centro e nas Zonas Sul e Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Abreu (1994b:35) — em pesquisa realizada no jornal *Correio da Manhã* entre 1901 e 1930 —, foi apenas durante a segunda década do século XX que a palavra fa-vella se tornou um substantivo genérico não mais referido, exclusivamente, ao Morro da Fa-vella.<sup>15</sup> Surge, assim, uma categoria nova para designar um hábitat pobre, de ocupação ile-gal e irregular, sem respeito às normas e geralmente sobre encostas.

É importante ressaltar o fenômeno da existência das favelas como claramente an-terior ao aparecimento da categoria favela. A ocupação do Morro da Providência data de 1897. Em 1898, o Morro de Santo Antônio também atessa um processo semelhante de fa-velização: de acordo com Abreu & Vaz (1991), soldados de um outro batalhão, de volta da mesma campanha de Canudos, construíram barracos — com autorização dos chefes mi-litares — no Morro de Santo Antônio, entre as ruas Evaristo da Veiga e Lavradio. Em 1898, um membro de uma comissão de higiene assinalava o inquietante desenvolvimento de bar-racos em uma zona já ocupada, enquanto a imprensa denunciava, em 1901, “o desenvol-vimento de um bairro absolutamente novo, construído sem a permissão das autoridades municipais e sobre terrenos pertencentes ao Estado [...] Ele reúne um total de 150 barracos [...] e cerca de 623 habitantes” (Abreu, 1994b:37).

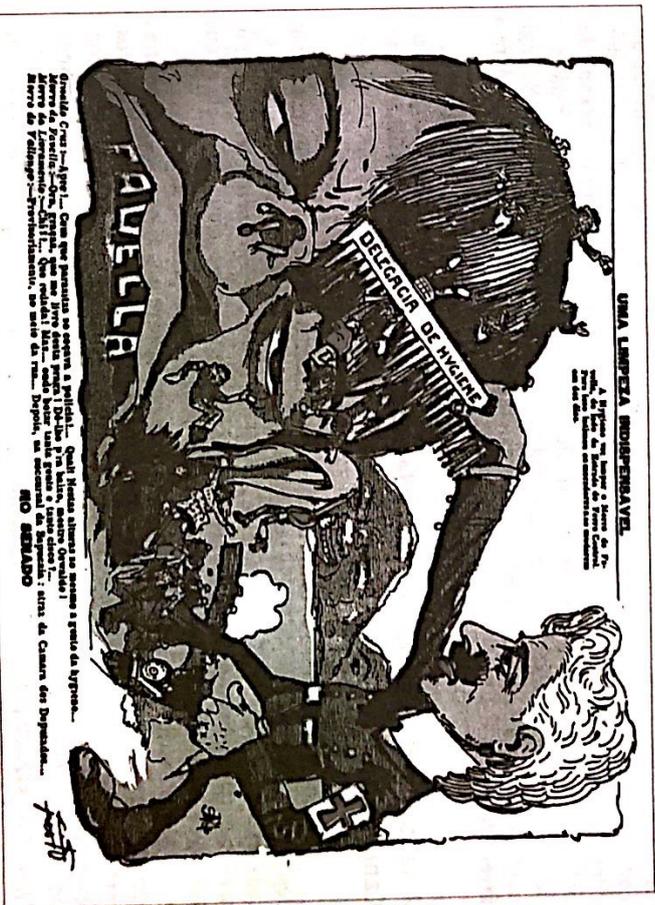
A Quinta do Caiju, a Mangueira<sup>16</sup> e a Serra Morena também datam do século XIX e são todas anteriores ao Morro da Favela. O povoamento de tais zonas começou em 1881, nada provando que tenha resultado de uma ocupação ilegal. Tanto na Quinta do Caiju quanto na Mangueira, os primeiros habitantes não parecem originários do mundo rural brasileiro, pois eram imigrantes portugueses, espanhóis e italianos, permitindo supor que o seu estabelecimento nessas áreas tenha sido autorizado.<sup>17</sup> No entanto, foi o Morro da Fa-vella que entrou para a história. Já em 1900 o *Jornal do Brasil* proclamava ser aquele um lugar “infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias”. Segundo Bretas (1997:75), um delegado em seu relatório assinala:

“Se bem que não haja famílias no local designado, é ali impossível ser feito o poli-cimento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo o morro um só bico de gás.”

Fotografado já na primeira década do século, o Morro da Favela não apenas con-centra todas as atenções, como suscita iniciativas por parte das autoridades, como a cam-panha de saneamento de 1907, sob a direção de Oswaldo Cruz,<sup>18</sup> ilustrada por importan-tes caricaturas publicadas pela imprensa.<sup>19</sup>

Figura 2

### Oswaldo Cruz saneando o Morro da Favela



Gravado Cruz (1907). Como que pensasse na ordem a polícia, qual favela estava no sistema e qual de Agreste...  
Morro da Favela — Cruz, Higienista, que se não jure muito para saber sobre a saúde dos favelados...  
Morro da Favela — Cruz, Higienista, que se não jure muito para saber sobre a saúde dos favelados...  
Morro da Favela — Cruz, Higienista, que se não jure muito para saber sobre a saúde dos favelados...  
NO SERRADO

Fonte: Oswaldo Cruz Monumenta Histórica, tomo 1, CLXXXVIII.

<sup>18</sup> Oswaldo Cruz, médico sanitarianista, foi o principal responsável pela Campanha Sanitarista duran-te o governo de Pereira Passos. A respeito da revolta da vacina, ver, sobretudo, Carvalho (1987) e Sevcenko (1984). Sobre Oswaldo Cruz, ver Fundação Oswaldo Cruz (2003).

<sup>19</sup> Várias caricaturas apareceram nos jornais e periódicos da época. Neste livro está reproduzida, apenas, a mais divulgada. Ver também “Saneamento dos morros”, publicada no *Jornal do Brasil* em 14 abr. 1907.

Uma caricatura, publicada na revista *O Malho* (figura 2), mostra Oswaldo Cruz bem vestido, calçado e pentecado, ostentando uma braçadeira com a cruz vermelha no braço esquerdo, enquanto o direito arranca a população do Morro da Favela com um pente em que se lê “Delegacia de Hygiene”. O Morro da Favela é representado pela cabeça de um homem mal encarado, com aspecto de malfeitor. A sugestão da imagem é de serem os habitantes da favela como piolhos que precisam ser extirpados. Acompanha a caricatura um curto texto: “Uma limpeza indispensável: a Hygiene vai limpar o Morro da Favela, ao lado da Estrada de Ferro Central. Para isso intimou os moradores a se mudarem em dez dias”.

Nas primeiras décadas do século XX, jornalistas, engenheiros, médicos e homens públicos ligados à gestão da capital — inclusive os chefes da polícia — deixam, pouco a pouco, de se interessar pelo cortiço, que se torna uma “coisa do passado”, de importância menor para o higienismo. Os cortiços sobrevivem apenas em uma existência residual.

A favela passa, então, a ocupar o primeiro lugar nos debates sobre o futuro da capital e do próprio Brasil, tornando-se alvo do discurso de médicos higienistas que condenam as moradias insalubres. Para ela se transfere o postulado ecológico do meio como condicionador do comportamento humano, persistindo a percepção das camadas pobres como responsáveis pelo seu próprio destino e pelos males da cidade,<sup>20</sup> dando a perceber que o debate sobre a pobreza e o habitat popular — já desde o século XIX agitando as elites cariocas e nacionais — fará emergir um pensamento específico sobre a favela do Rio.

### A descoberta da favela e seu mito de origem: Euclides da Cunha, Canudos e a favela do Rio de Janeiro

A gênese do processo de construção das representações sociais da favela remonta às descrições e imagens que nos foram legadas por escritores, jornalistas e reformadores sociais do início do século XX. Amplamente divulgados naquela época, seus escritos permitiram o desenvolvimento de um imaginário coletivo sobre o microcosmo da favela e seus moradores, ao mesmo tempo em que opunham favela e cidade.

Esses escritores e intelectuais, apesar de pertencerem a diferentes tendências ideológicas e políticas, ou perseguirem distintos objetivos em suas visitas aos morros, percebiam da mesma forma o que representavam tais áreas e seus habitantes no contexto da capital federal e da jovem República. Seus pontos de vista remetiam a um mesmo conjunto de concepções, a um mesmo mundo de valores e idéias. Suas representações convergiam para o estabelecimento de um arquétipo da favela, um mundo diferente que emergia na paisagem carioca em contrarcorrente à ordem urbana e social estabelecida.

No entanto, consideramos fundamental atentar para uma série de questões no sentido de melhor entender esse processo. Qual foi a origem comum desse modo de entendimento? Por que uma determinada visão acabou se tornando consensual? E por que tal

<sup>20</sup> Debate sobre a pobreza e a habitação popular na virada do século, analisado por Carvalho (1987); Valladares (1991); e Chaloub (1996).

construção social se prende a um mito, referido praticamente por todos os autores que falam da favela no início do século XX — o mito de Canudos?<sup>21</sup>

De fato, a leitura de textos escritos no início do século leva a associar o Morro da Providência, no Rio de Janeiro, ao povoado de Canudos, no sertão baiano. Na verdade, as duas histórias se sobrepõem, pois foram antigos combatentes da guerra de Canudos que se estabeleceram no Morro da Providência, a partir daí denominado Morro da Favela. A maior parte dos comentaristas apresenta duas razões para essa mudança de nome: 1º) a planta favela,<sup>22</sup> que deu seu nome ao Morro da Favela — situado no município de Monte Santo no Estado da Bahia — ser também encontrada na vegetação que recobria o Morro da Providência; e 2º) a feroz resistência dos combatentes entrenchados nesse morro baiano da Favela, durante a guerra de Canudos, ter retardado a vitória final do exército da República, e a tomada dessa posição representando uma virada decisiva da batalha.

Se a primeira explicação diz respeito apenas a uma similitude, a segunda tem uma forte conotação simbólica que remete à resistência, à luta dos oprimidos contra um adversário poderoso e dominador. No Rio de Janeiro, os soldados desmobilizados da guerra de Canudos e instalados sobre o Morro da Providência, ao mesmo tempo em que se colocavam numa posição estratégica em relação ao Ministério da Guerra, permaneciam submeios a ele, na expectativa de receber seus soldos atrasados.

A marca de Canudos sobre esse momento fundador é bastante evidente. No entanto, o que pretendemos demonstrar não é ser o mito de origem da favela carioca resultado apenas da referência geográfica ao povoado de Canudos, nem da referência histórica à batalha final. Mas, de ter essa marca se apoiado, de fato, no relato desses acontecimentos feito por Euclides da Cunha em sua obra clássica *Os sertões*.

<sup>21</sup> Devo lembrar que no início do século XX e nas três décadas seguintes *Os sertões*, de Euclides da Cunha, teve um papel fundamental no pensamento social e político brasileiro. Publicado pela primeira vez em 1902 e centrado ao mesmo tempo sobre o espaço hostil do sertão e sobre o sertanejo, esse livro representou um sinal de alerta para a elite política brasileira, até então voltada para o litoral e a “civilização” que ali florescia sob a influência europeia, especialmente no Rio e em São Paulo. Verdadeira epopéia dos tempos modernos, a obra narra a guerra de Canudos (1896-1897) e analisa seu personagem central e misterioso, Antônio Conselheiro. Líder religioso e carismático, responsável pela feroz resistência da população de Canudos que derrotou quatro exércitos enviados pelo governo da República, recém-constituída e ameaçada por esses “selvagens”. Canudos, povoado perdido e desconhecido no agreste do Estado da Bahia, alcançou as manchetes dos jornais da época. Após a publicação de *Os sertões*, transformou-se em lenda.

<sup>22</sup> No *Novo Aurélio*, o dicionário da língua portuguesa (1999), lê-se: “Favela-branca s.f. árvore pequena da família das leguminosas (*enterolobium ellipticum*), de flores sésseis alvo-amareladas de corola monopétala, dispostas em capítulos, e cujo fruto é vagem corícea, curvada, com várias sementes. Fornece madeira dura, pesada e bonita, própria para marcenaria. [Sin.: *angico-de-minas*, *angico-vermelho-do-campo*, *brinco-se-saguí*, *orilha-de-negro*]. Cunha (2001:121) assim define a planta favela: “As favelas, anônimas ainda na ciência — ignoradas dos sábios, conhecidas demais pelos taba-réus — talvez um futuro gênero *cauterium* das leguminosas, têm, nas folhas de células alongadas em vilosidades, notáveis aprestos de condensação, absorção e defesa. Por um lado, a sua epiderme ao esfriar-se, à noite, muito abaixo da temperatura do ar, provoca, a despeito da secura deste, breves precipitações de orvalho; por outro, a mão, que a toca, toca uma chapa incandescente de arde-lha inatúvel”.

tido como o livro “número um” do Brasil (Abreu, 1998), com mais de 30 edições em português — a primeira em 1902, a segunda em 1903 e a terceira em 1905 pelas Edições Laemmert — *Os sertões* foi lido por todos os intelectuais da época, tornando a guerra de Canudos muito presente na memória coletiva. Zilly (1998:14) observa que, sem Euclides da Cunha e seu livro seminal, essa epopéia dos sertões da Bahia, ocorrida nos últimos anos do século XIX, não teria hoje a importância que lhe foi atribuída na história da Primeira República. Repercussão considerável que pode ser medida através do número de escritos suscitados pela obra, recensados nas bibliografias de Reis (1971) e de Garcia & Furstenan (1995), às quais podemos acrescentar publicações recentes sobre o papel de Euclides da Cunha no pensamento social brasileiro e sua influência passada e presente (Lima, 1999; Abreu, 1998; Fundação Oswaldo Cruz, 1998).

O livro de Euclides da Cunha é posterior (1902) ao momento em que o Morro da Providência foi rebatizado como Morro da Favella (1887), mas tal acontecimento teria passado despercebido, e essa palavra não teria alcançado a posteridade que conheceu, sem as imagens fortes e marcantes transmitidas através de *Os sertões*. Imagens capazes de permitir aos intelectuais brasileiros compreender e interpretar a favela emergente. Isto é o que pretendemos deixar bem claro durante a seqüência deste trabalho.

A título de exemplo, tomemos o conhecido artigo de João do Rio, cronista da *fábrica*, publicado na *Gazeta de Notícias* em 1908 e republicado no livro *Vida vertiginosa* em 1911 sob o título “Os livros acampamentos da miséria” (Martins, 1971). Esse artigo relata a visita do autor, por ocasião de uma festa musical, ao Morro de Santo Antônio, que havia sido favelizado, assim como o Morro da Providência, durante os últimos anos do século XIX.

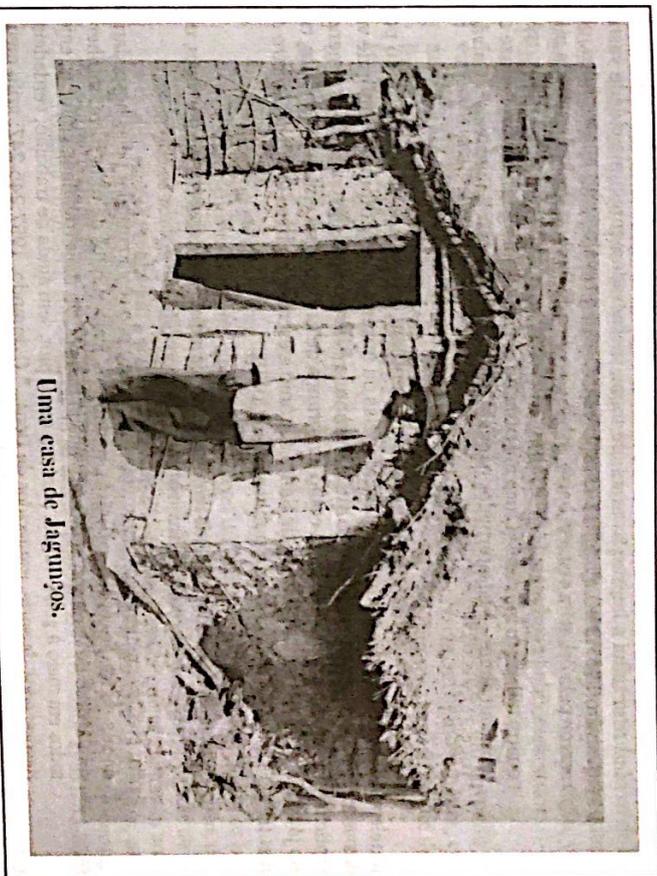
“Eu tinha do morro de Santo Antônio a idéia de um lugar onde pobres operários se aglomeravam à espera de habitações, e a tentativa veio de acompanhar a secreta. [...] O morro era como outro qualquer morro. Um caminho amplo e mal tratado, desobrigado de um lado, em planos que mais e mais se alargavam, a iluminação da cidade [...] Acompanhemos e dei num outro mundo. A iluminação desaparecera. *Estávamos da roça, no sertão, longe da cidade*. O caminho que serpenteava descendo era ora estreito, ora largo, mas cheio de depressões e de buracos. De um lado e de outro caixas estreitas, feitas de tábuas de caixão, com cercados indicando quintais. A descida tornava-se difícil [...]” (Martins, 1971:51, 52 e 53; grifo meu).

E o nosso *flâneur* continua:

“Como se criou ali aquela curiosa vila de miséria indolente? O certo é que hoje há, talvez, mais de mil e quinhentas pessoas abrigadas lá por cima. As casas não se alugam, vendem-se. [...] o preço de uma casa regula de 40 a 70 mil réis. Todas são feitas sobre o chão, sem importar as depressões do terreno, com caixões de madeira, folhas-de-flandres, taquaras. [...] *Tinha-se, na treva luminosa da noite estrelada, a impressão lida da entrada do arraial de Canudos* ou a funambulesca idéia de um vasto galinheiro multiforne” (Martins, 1971:54-55; grifo meu).

O que se tornaria o modelo da favela já estava, portanto, bastante presente no espírito desses intelectuais do Rio de Janeiro, que descobririam tais espaços novos na cidade através do olhar de Euclides da Cunha sobre Canudos. A fonte inspiradora está bastante evidente, não só na geografia como também na forma de representar as suas populações.

Figura 3  
Casa de Canudos: foto de Flávio de Barros, fotógrafo do exército



Fonte: Arquivo Histórico do Museu da República, Centro de Conservação e Preservação Fotográfica — FUNARTE.

Nos relatos das visitas de jornalistas, os morros são descritos como espaços dotados de uma geografia particular. Benjamin Costallat (1995) descreve, na crônica “A favela que eu vi”, originalmente publicada em 1924, as suas dificuldades para chegar ao cume do Morro da Favella no Rio em virtude da sua topografia irregular.

“É um caminho de cabras. Não se anda, gravita-se. Os pés perdem a função normal de andar transformam-se em garras. [...] Palavam-me sempre no perigo de subir à Favella [...] O maior perigo que eu encontrei na Favella foi o risco, a cada passo, de despencar-me de lá de cima pela pedra ou pelo morro abaixo” (1995:34).

No Rio, como em Canudos, o morro oferece uma posição estratégica. Por sua posição privilegiada ele se debruça sobre a cidade e, isolado, oculta de quem observa de baixo aquilo que se passa no alto. Todos aqueles que chegam à sua parte mais elevada, como em Canudos, experimentam uma sensação de medo misturada a uma espécie de fascinação. Euclides da Cunha dizia:

"[...] inesperado quadro esperava o viandante que subia, depois desta travessia em que supõe pisar escombros de terremotos, as ondulações mais próximas de Canudos" (Galvão, 1985:108). [...] "E no primeiro momento, antes que o olhar pudesse acomodarse àquele montão de casebres, presos em rede inextricável de becos estreitíssimos e dizendo em parte para a grande praça onde se fronteavam as igrejas, o observador tinha a impressão exata, de topar, inesperadamente, uma cidade vasta" (Galvão, 1985:347). [...] "O General Artur Oscar, a cavalo junto aos canhões, observou pela primeira vez, em baixo, espatido no clarão do luar deslumbrante, a misteriosa cidade serraneja [...]" (Galvão, 1985:399). "E contavam: uma, duas, três, quatro mil, cinco mil casas! Cinco mil casas ou mais! Seis mil casas, talvez! Quinze ou vinte mil almas — encafurnadas naquela tapera babilônica... E invisíveis" (Galvão, 1985:436).

Os jornalistas cariocas igualmente se surpreendiam com o quadro apresentado por aquele montão de casebres, com aquelas cidadelas da miséria. Luiz Edmundo, autor de vários volumes sobre a vida política e cultural durante a *Belle Époque* carioca, não era menos explícito em sua percepção da favela como lembrança de Canudos na cidade. Ele visita, como já o fizera João do Rio, o Morro de Santo Antônio e escreve no livro *O Rio de Janeiro do meu tempo* (1957), originalmente publicado em 1938:

"...as moradas são, em grande maioria, feitas de improvisos, de sobras e de farrapos, andrjuosas e tristes como os seus moradores."

Por elas vivem mendigos, os autênticos, quando não se vão instalar pelas hospedarias da rua da Misericórdia, capoeiras, malandros, vagabundos de toda sorte: mulheres sem arimo de parentes, velhos dos que já não podem mais trabalhar, crianças, enjeitados em meio à gente válida, porém o que é pior, sem ajuda de trabalho, verdadeiros desprezados da sorte, esquecidos de Deus..." (Edmundo, 1957:246-247; grifo meu).

O jornalista prossegue no relato de sua visita:

"Alcançamos, enfim, uma parte do povoado mais ou menos plana e onde se desenvolve a *cidade miseranda*. O chão é rugoso e áspero, o arvoredo pobre de folhas, baixo, tapetes de tiririca ou de capim surgindo pelos caminhos mal traçados e tortos. Pesticidas medíocres. Todo um conjunto desmantelado e tóxico de habitações sem linha que se arrancam a caixotes que serviram ao transporte de banha ou bacalhau, mal fito tornando acolá, apodrecidas, estilhaçadas ou negras. Coberturas de zinco velho, ralfandres. Tudo entrelaçando toscamente, sem ordem e sem capricho" (Edmundo, 1957, v. 2, p. 251-252; grifo meu).

Mais uma vez é possível observar a analogia existente: tanto no Rio quanto em Canudos, chegávamos ao alto da favela após uma longa marcha na qual era necessário sobreviver às tirifas, planta que provoca coceira da mesma forma que as folhas do arbusto *alfastado* e desconhecido. A favela descrita por Luiz Edmundo aproxima as duas "ci-

dadelas da miséria", o reduto de fanáticos no sertão e o enclave dos pobres na grande cidade do litoral. Esses cronistas, quando descrevem os novos bairros miseráveis da capital da República, queriam mostrar que o sertão estava presente neles. Aliás, o médico Afrânio Peixoto também afirmou em 1918: "não nos iludamos, o 'nosso sertão' começa para os lados da Avenida"<sup>23</sup> (apud Hochman, 1998b:218).

Tais exemplos, que são inúmeros, demonstram a profunda influência do livro de Euclides da Cunha sobre os primeiros observadores da favela. Para melhor compreender os elementos do mito fundador da favela carioca, constituído através dessa transposição, vale a pena lembrar as principais características de Canudos percebidas pelo seu autor:

- especificidade de um processo de crescimento urbano (ainda que fosse um povoado em área rural) rápido, desordenado e precário. "O arraial crescia vertiginosamente, coalhando as colinas. A edificação rudimentar permitia à multidão sem lares fazer até doze casas por dia..." (Galvão, 1985:232);
- topografia de uma região de morros que faz dela um verdadeiro bastião, de acesso muito difícil:

"Porque a cidade selvagem, desde o principio, tinha em torno, acompanhando-a no crescimento rápido, um círculo formidável de trincheiras cavadas em todos os pontos, enfiando todas as vedadas, planos de fogo volvidos, rasantes com o chão, para todos os rumos. Veladas por touceiras inextricáveis de macambiras ou lascas de pedreira, não se revelavam a distância. Vindo do levante, o viajor que as abeirasse, ao divisar, esparsas sobre os cerros, as choupanas exiguas, à maneira de guaritas, acreditaria topar uma rancharia esparsa de vaqueiros indolentes. Atíngia, de repente, a casaria compacta, surpreso, como se caísse numa tocaia" (Galvão, 1985:235-236).

No Rio existe uma associação entre os termos "favela" e "morro" desde o início do século XX, época do surgimento das primeiras favelas. As duas denominações são portanto utilizadas como sinônimos há muito tempo. Na literatura, em autores como Lima Barreto e Olavo Bilac (Zaluar & Alvito, 1998:11-12), e em textos de sambas dos anos 1928 a 1994 (Oliveira & Marcier, 1998:110-114),<sup>24</sup> favela é morro, no sentido geográfico. Já no sentido metafórico, ela aparece como um bastião, da mesma forma que Canudos. Segundo Costallat, originalmente publicado em 1924: "Falavam-me sempre no perigo de subir à Favela. Nos seus ferreiros valentes. Nos seus malandros que assaltam com a mesma facilidade com que se dá bom-dia" (1995:34).

- ausência de propriedade privada do solo, substituída pela propriedade coletiva da terra. "Nada queriam desta vida. Por isso a propriedade tornou-se-lhes uma forma exa-

<sup>23</sup> Avenida que corresponde à avenida Central, atual Rio Branco, construída por Pereira Passos durante a reforma urbana do Rio de Janeiro, entre 1903 e 1906.

<sup>24</sup> O texto "A palavra é: favela" contém a relação de 125 músicas, inspiradas pelo tema. As autoras surgem em sua análise que, paralelamente à configuração como espaço do pobre, a favela também se constituiu como espaço do samba. Na representação musical aparece igualmente a sua imagem como não-cidade, como locus da marginalidade urbana e também, a partir de 1960, como questão social.

gerada do coletivismo tribal dos beduínos: apropriação pessoal apenas de objetos móveis e das casas, comunidade absoluta da terra, das pastagens, dos rebanhos e dos seus produtos das culturas [...]” (Galvão, 1985:237);

“A terra não é de ninguém, ela é de todos” também observa Costallat a propósito da favela visitada por ele no Rio de Janeiro (Costallat, 1995:35).

d) ausência do domínio do Estado e das instituições públicas (leis, polícia, municipalidade etc.) nesse território rebelado contra a República (Galvão, 1985:265-267). Quanto a Antônio Conselheiro, o próprio Euclides é enfático: “Pregava contra a República; é certo” (Galvão, 1985:248);

e) ordem política específica marcada pelo domínio do chefe, Antônio Conselheiro, líder carismático que desviou o povo de suas obrigações (Galvão, 1985:217-230), pregando abertamente a insurreição contra as leis;

Como em Canudos, a favela também tinha um chefe que controlava a cidade onde as instituições públicas não eram respeitadas. Vejamos o que diz o jornalista Costallat (1995:37):

“Um dia chegou à favela um homem — Zé da Barra. Vinha da Barra do Piraí. Já trazia grande fama. Suas proezas eram conhecidas. Era um valente, mas um grande corajoso. E Zé da Barra chegou e dominou a favela [...] E a favela que não conhece corajoso não conhece impostos, não conhece autoridades, conheceu Zé da Barra e a ele teve que obedecer. E Zé da Barra ficou sendo o chefe incontestável da Favela.”

Guardadas as devidas proporções, é a mesma história do estrangeiro que chega, impõe sua ordem, dirige e administra um espaço de onde são excluídos o reconhecimento das autoridades constituídas e a obediência às leis nacionais, acabando por dominar a população local. Convém lembrar que Antônio Conselheiro iniciou a sua luta contra a população local no interior do Estado da Bahia, questionando a autonomia recém-decretada em favor dos municípios e, em seguida, tomou o rumo dos conflitos do sertão, onde poderia fazer prevalecer suas próprias leis e regras.

f) espaço capaz de condicionar o comportamento dos indivíduos, integrando os recém-chegados à identidade coletiva, homogênea e uniforme do grupo:

“O sertanejo simples transmudava-se [...] Absorvia-o a psicose coletiva. [...] do credo ditado solto, que lá chegava [...] se fez a comunidade homogênea e uniforme, ao barbaresco e bruto, crescendo sem evoluir, sem órgãos e sem funções especializadas, pela só justaposição mecânica de levadas sucessivas, à maneira de um polipeito humano” (Galvão, 1985:237).

A idéia de comunidade, tão presente no campo analisado por Euclides da Cunha, acabou por ser igualmente associada à favela carioca, servindo de modelo para os primeiros observadores que tentaram caracterizar a organização social dos novos territórios da pobreza urbana.

Da mesma forma que Euclides, em sua descrição, percebe o povoado de Canudos como uma comunidade de miseráveis marcada por uma identidade comum, Luiz Edmundo (1957:255-259) em “peregrinação pela favela angustiosa” narra suas impressões e convicções nas lavadeiras, mães solteiras, analfabetas, vivendo em condições de extrema precariedade, mas aceitando sua sorte com fatalismo: “Nhô já viu pobre sê feliz? A gente vai empurrando a sua vida com a graça de Deus” (Edmundo, 1957:257).

g) comportamento moral revoltante para o observador, marcado pelo deboche, pela promiscuidade e ausência de trabalho, uma economia fundamentada no roubo e nas pilagens:

“Não é para admirar que se espoçasse logo, em Canudos, a promiscuidade de um heptarismo infrene. Os filhos espúrios não tinham à frente o labéu indelevel da origem [...] “o dominador, se não estimulava, tolerava o amor livre” (Galvão, 1985:238). “Os desordeiros voltavam cheios de despojos para o arraial, onde ninguém lhes tomava nada, desde que aumentassem o patrimônio da grei” [...] “Em dilatado raio em torno de Canudos, talavam-se fazendas, saqueavam-se lugarejos, conquistavam-se cidades” (Galvão, 1985:240).

João do Rio e Luiz Edmundo, testemunhas já citadas anteriormente, referindo-se ao Rio, falam dos personagens do morto, em especial malandros, lavadeiras, felicitetas e sensentes. João do Rio se pergunta: “Aquela gente era operária? Não” (p. 55), e percebe a favela Antônio como “um verdadeiro arraial de infórtunio, chaga crucial da miséria humana. Santo Antonio dos desgraçados!” (p. 249).

h) um perigo para a ordem social de toda a região, inclusive de todo o sertão, um considerável risco de contágio: “O ambiente moral dos sertões favorecia o contágio e o alastramento da neurose. A desordem, local ainda, podia ser núcleo de uma conflagração em todo o interior do Norte” (Galvão, 1985:283).

No início do século XX, período em que as favelas ainda constituem espaços pouco numerosos e pouco importantes na cidade, a questão do contágio não é tão evidente, mas ele já existe, conforme demonstra a caricatura da figura 2, onde Oswaldo Cruz aparece arrancando os piolhos de uma cabeça que representa o Morro da Favela. Muito embora o tema do contágio não esteja explícito nos relatos dos primeiros observadores, ele será retomado e amplificado durante o período seguinte, quando as favelas se tornam um problema a ser resolvido.

i) para Euclides da Cunha, o arraial de Canudos representava a liberdade: quanto ao uso da terra, ao trabalho, aos costumes, em relação às práticas sociais e ao pagamento de imposto. Mas, ainda que ele criticasse o atraso e os perigos de contágio, era capaz também de reconhecer ali a força de seus habitantes e a valorização atribuída por eles a tal espaço de liberdade.

Na visão dos primeiros observadores da favela do Rio de Janeiro, morar nesses locais também se apresentava como uma escolha, assim como ir para Canudos dependia da vontade individual de cada um. Os habitantes da favela são ligados à sua comunidade, não desejam deixá-la (Costallat, 1995). Dimensão de uma identidade dos favelados que já fora percebida pelos seus primeiros analistas e, bem mais tarde, fortemente valorizada pelas ciências sociais, conforme demonstrarei no capítulo III.

Nessa analogia, as respectivas representações aparecem fortemente estruturadas pelas preocupações políticas relativas à consolidação da jovem República, saúde da cidade e entrada na modernidade. A favela pertence ao mundo antigo, bárbaro, do qual é preciso distanciar-se para alcançar a civilização. Observadores de uma viagem bem mais próxima do que aos sertões baranos, os jornalistas visitantes dos morros do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX também se portam como testemunhas, da mesma forma que Euclides da Cunha o fizera. Como foi possível observar, a dualidade sertão *versus* Ilha — presente no discurso do autor de *Os sertões* — pode ser reencontrada, nas primeiras imagens, transposta para a oposição favela *versus* cidade.

A imagem matriz da favela já estava, portanto, construída e dada a partir do olhar arguto e curioso do jornalista/observador: “Um outro mundo”, muito mais próximo do que pelo repórter ou cronista, levando o leitor até o alto do morro que ele, membro da classe média ou da elite, não ousava subir.<sup>25</sup> Universo exótico, em meio a uma pobreza originalmente concentrada no Centro da cidade, em cortiços e outras modalidades de habitações coletivas, prolongava-se agora, morro acima, ameaçando o restante da cidade. Estava descoberta a favela... e lançadas as bases necessárias para sua transformação em problema.

### A transformação da favela em problema

A descoberta da favela foi logo seguida por sua designação como problema a ser resolvido. Aos escritos de jornalistas vêm juntar-se vozes de médicos e engenheiros, preocupados com o futuro da cidade e sua população. O que fazer da favela? Debate estabelecido a partir do início do século, que já nos anos 1920 desencadeia a primeira grande campanha de denúncia contra a “lepra da estética” (Pimenta, 1926), retomada nos anos 1930 através do Plano Agache para remodelação e embelezamento da cidade do Rio, seguido pelo Código da Construção em 1937.

No início do século, o hábitat popular tornou-se um tema central sobre o qual já bem retomado pelos engenheiros. Conforme assinala Ribeiro, o período 1890-1906 corresponde ao início de uma forte crise de moradia: a população do Rio aumentava a uma taxa geométrica anual de 2,8%; as construções prediais cresciam a um ritmo de 3,4%, mas esses imóveis destinavam-se sobretudo às atividades econômicas; e quanto ao total de moradias, ele só aumentava à taxa de 1% ao ano. Descompasso entre construção de moradias e cres-

<sup>25</sup> Machado de Assis em seu romance *Esau e Jacó* relata, no capítulo I, a subida ao Morro de Santo

Antônio das personagens Natiridade e Perpétua, que para lá se dirigiam em busca de uma adivinha conhecida como “cabocla”.

cimento populacional, que corresponde a um sensível aumento da densidade domiciliar, passando de 7,3 para 9,8 pessoas por moradia (Ribeiro, 1997:173).<sup>26</sup>

Durante o ano de 1905, em plena reforma Pereira Passos, o ministro da Justiça e Negócios Interiores, J. J. Seabra, criou uma comissão encarregada de dar um parecer sobre o problema das habitações populares, escolhendo para tratar do seu aspecto “técnico-sanitário” o engenheiro civil Everardo Backheuser, que já havia desempenhado as funções de engenheiro municipal. Segundo este:

“As mil demolições para alargamentos de umas tantas ruas, para abertura de algumas, para derrocar velhas chocas ruinosas, mas que ainda davam agasalho a famílias, para fechar outras que por insalubres, radicalmente insalubres, não podiam ser saneadas, tudo isto veio dar à moléstia endêmica do Rio — a má habitação — um carácter agudo, angustiante, formidável” (Backheuser, 1906:3-4).<sup>27</sup>

Em especial, foram as habitações coletivas insalubres que chamaram a atenção do engenheiro, pois, em matéria de hábitat, ele já conhecia as leis e as experiências internacionais. Preocupado com as questões de insalubridade, epidemias e contágio, Backheuser realizou um estudo minucioso dos cortiços, casas de cômodos, avenidas, estalagens, albergues e hospedarias, indicando as diferentes legislações que regulamentavam a construção e o uso dessas diferentes formas de moradia no Brasil.<sup>28</sup>

Ainda que ocupasse um lugar de menor importância na paisagem urbana, a favela não escapou ao olho clínico do engenheiro-observador. Em seu relatório pioneiro, consagra uma menção específica que pode ser considerada o primeiro registro oficial de sua existência. E, mais uma vez, foi o Morro da Favela que chamou a atenção “pela originalidade e pelo inesperado” (Backheuser, 1906:111). Três fotos ajudam o leitor a visualizar a favela de longe, em visão panorâmica e, de perto, em escala menor, onde vemos seus casebres e habitantes, que parecem posar para o fotógrafo diante de suas moradias.<sup>29</sup>

Nesse documento ilustrado, são evocados inicialmente o aspecto físico do lugar e suas casas pobres:

“O Morro da Favela é íngreme e escarpado: as suas encostas em ribanceiras marchitam-se, porém, de pequenos casebres sem hygiene, sem luz, sem nada.

Imagine-se, de facto, *casas* (!) tão altas como um homem, de chão batido, tendo para paredes trançadas de ripas, tomadas as malhas com porções de barro a sopapo, latas de kerosene abertas e juxtapondo-se, taboas de caixões; tendo para telhado essa mesma mistura de matérias presas á ossatura da cobertura por blocos de pedras, de modo a que os ventos não as descubram; divisões internas mal acabadas, como que paradas a meio com o propósito unico de subdividir o solo para auterir proventos

<sup>26</sup> Sobre a crise habitacional, notadamente nas últimas décadas do século XIX, ver Damazio (1996), que apresenta um retrato social do Rio na virada dos séculos XIX-XX.

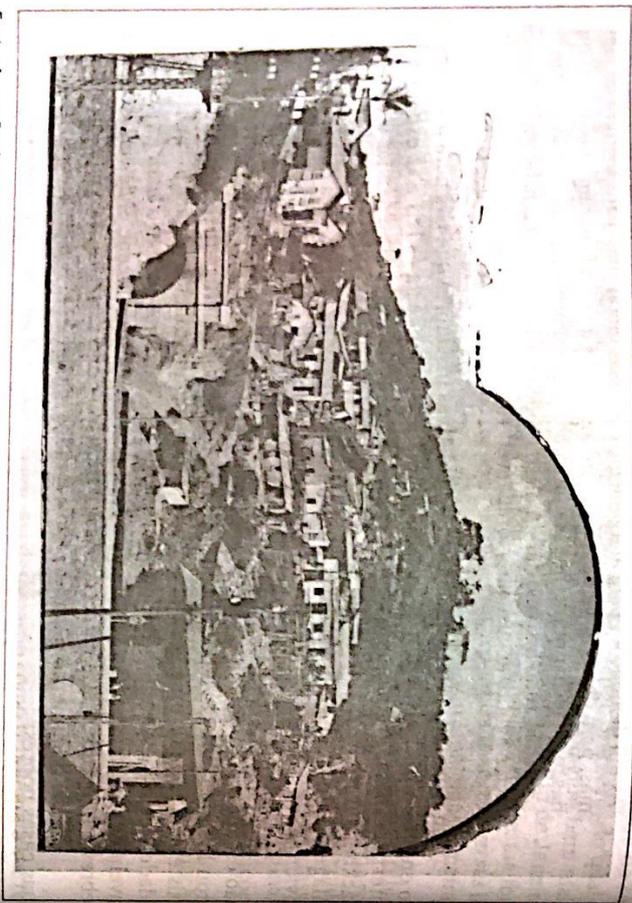
<sup>27</sup> Relatório disponível na Biblioteca Nacional. Valladares & Medeiros (2003), em sua bibliografia analítica, mostram que esse trabalho inaugurava a reflexão sobre as favelas do Rio de Janeiro.

<sup>29</sup> Sem dúvida, as primeiras fotos publicadas do Morro da Favela. As mais conhecidas, do fotógrafo Malta, datam dos anos 1920 e estão reproduzidas em Zylberberg (1992).

maiores. É isto pallida idea do que sejam estas furnas onde, ao mais completo despreendimento por comeshinas noções de asseio, se allia uma falta de agua, quasi absoluta, mesmo para beber e cosinhar" (Backheuser, 1906:111).

Figura 4

#### Vista panorâmica do Morro da Favella



Fonte: Arquivo Fundação Biblioteca Nacional — Brasil (Backheuser, 1906).

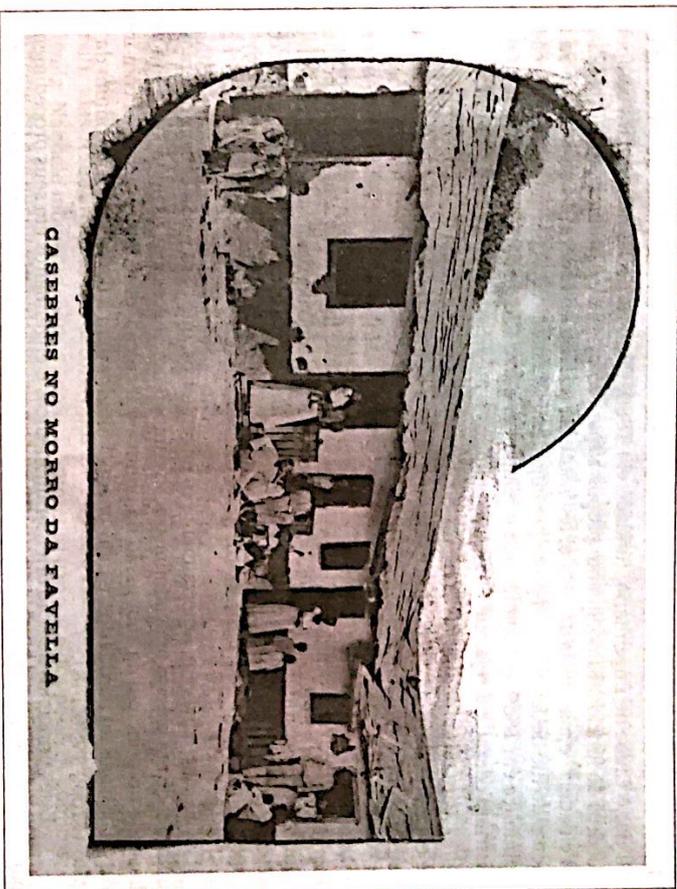
Backheuser era um observador suficientemente atento da realidade social da favela para, já naquela época, ter uma percepção distanciada das representações correntes sobre a sua população.

"Para alli vão os mais pobres, os mais necessitados, aquelles que, pagando duramente alguns palmos de terreno, adquirem o *direito* de escavar as encostas do morro e ficar com quatro moirões os quatro pilares do seu *palaceté*. Os casebres, espalham-se por todo o morro; mais unidos na base, espaçam-se em se subindo pela rua (!) da Igreja ou pela rua (!) do Mirante, euphemismos pelos quaes se dão a conhecer uns caminhos estreitos e sinuosos que dão difficil acesso á chapada do morro.

Alli não moram apenas os desordeiros e os facinoras como a legenda (que já a tem a Favella) espalhou; alli moram também operarios laboriosos que a falta ou a carestia de uma suave viração que sopra continuamente, dulcificando a rudeza da habitação" (Backheuser, 1906:111).

Figura 5

#### Casas e habitantes do Morro da Favella



Fonte: Arquivo Fundação Biblioteca Nacional — Brasil (Backheuser 1906).

A inclusão da favela no rol das habitações anti-higênicas fora portanto sinalizada no relatório de Backhauser. O poder municipal, e seu impetuoso reformador, Pereira Passos, estavam prestes a intervir. Conforme escreve Backheuser: "O illustre Dr. Passos, activo e intelligente prefeito da cidade, já tem as suas vistas de arguto administrador voltadas para a Favella e em breve providências serão dadas, de accôrdo com as leis municipaes, para acabar com esses casebres" (Backheuser, 1906:111).

Desta maneira a "problematização" precedeu a extensão do fenómeno ao conjunto da cidade e ocorreu enquanto o processo de favelização *ainda não* se havia generalizado na capital federal. Conforme já assinalamos, essa problematização contou com o forte respaldo do diagnóstico higienista aplicado à pobreza e ao cortiço, servindo este como uma das matrizes das primeiras representações das favelas.

Assim como na Europa (Topalov, 1999), também no Rio de Janeiro outros engenheiros reformadores apresentavam uma concepção positivista da ciência e de seu papel social. Não se interessavam apenas pelos problemas de ordem técnica, mas eram igualmente impulsionados pelo desejo de compreender o mundo e encontrar uma explicação

Para os problemas sociais. Traziam em si a vocação altruísta de servir ao desenvolvimento material do país, à modernização e ao lema de "orden e progresso".<sup>30</sup>

Desde o Império, engenheiros e médicos já ocupavam um lugar importante na política municipal: o Código de Posturas Municipais do Rio se apoiava em sugestões dos médicos, contidas nos relatórios da Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina e Cirurgia; o Clube de Engenharia, fundada em 1880, tanto forneceu nomes para compor os quadros do funcionalismo, quanto propôs para solucionar os problemas de urbanização da cidade;<sup>31</sup> e, na virada do século, foi instituída no Distrito Federal a Comissão de Saneamento do Rio de Janeiro, composta por engenheiros e médicos. A partir da Proclamação da República em 1889, e durante todo o tempo em que o Rio de Janeiro permaneceu como Distrito Federal, ou seja, até 1959, engenheiros e médicos governaram a capital.<sup>32</sup>

Para tais profissionais, a cidade do Rio de Janeiro constituía um espaço privilegiado de elevado valor simbólico, para elaborar e fazer a demonstração de um projeto nacional. Seus membros também demonstravam:

"a firme disposição em ultrapassar as fronteiras internas de seus campos profissionais e dirigir-se ao conjunto da sociedade, visando persuadi-la a tomar como legítimos e necessários os princípios por eles idealizados como fundamentais para a constituição de uma sociedade moderna" (Herschmann, Kropf & Nunes, 1966:8-9).

Eles acreditavam, especialmente os engenheiros, que para resolver os problemas de uma cidade era preciso uma administração competente, inaccessível às injunções políticas e resses pessoais ou partidários, e moralmente voltados para a defesa do bem comum da nação" (Kropf, 1996:148).

Esses princípios de ação orientaram médicos e engenheiros em seus procedimentos para elaborar o problema das favelas. O diagnóstico a propósito dos cortiços e do Morro da Favela foi generalizado ao universo das favelas em expansão durante os anos 1920. Os médicos higienistas, em seus estudos sobre os agentes desencadeadores de epidemias, atribuíram a contaminação do meio urbano aos miasmas da cidade. Pareceu, então, natural a representação da favela retomar a ideia de doença, mal contagioso, patologia social a ser

<sup>30</sup> Cf. Herschmann & Pereira (1994:45): "Estes intelectuais, portadores de um saber técnico e especializado, reivindicavam a responsabilidade pela organização social e seus discursos foram se constituindo nas diretrizes básicas da sociedade brasileira".

<sup>31</sup> A propósito do poder de médicos e engenheiros no Rio de Janeiro, ver o livro de Herschmann, Kropf & Nunes (1996), centrado no período 1870-1937. Stuckenbruck (1996) também mostra como a preocupação social que permeia o discurso da engenharia encontra ampla ressonância no urbanismo que se afirma no Brasil a partir dos anos 1920. Sobre o Clube de Engenharia, ver Carvalho (1994).

<sup>32</sup> Vale lembrar: os engenheiros Pereira Passos (1903-1906), Paulo de Frontin (de janeiro a julho de 1926-1930), industrial paulista. Sobre estes prefeitos e suas respectivas gestões ver Stuckenbruck (1994). Entre os prefeitos médicos do Distrito Federal constam: Barata Ribeiro (1892-1893), Francis Wernck de Almeida (1895-1897), Pedro Ernesto (1931-1935) e Henrique Dodsworth (1945), os dois últimos nomeados por Getúlio Vargas.

combatida. Para isso, as moradias deveriam ser salubres, submetidas com rigor às regras de higiene, circulação de luz e ar para poder usufruir de uma atmosfera sadia.

Engenheiros e médicos, considerando o meio ambiente como fonte direta dos males físicos e morais dos seres humanos, estabeleceram propostas técnicas para o tratamento desses males urbanos. E quando se aplicavam em identificar, de maneira precisa e científica, as causas dos principais problemas, em definir soluções técnicas capazes de garantir um bom funcionamento à cidade, estavam, na verdade, insistindo quanto à necessidade de organizar de maneira racional e controlada, o conjunto dos elementos urbanos: a "cidade", como manifestação visível do todo social, era recorrenemente concebida como uma máquina, um mecanismo cujas engrenagens deveriam ser dispostas e manipuladas devidamente sob a mesma direção" (Kropf, 1996:108). Dentro dessa lógica particular, as favelas seriam elementos que tanto se opunham à racionalidade técnica quanto à regulação do conjunto da cidade. Acabar com elas seria, então, uma consequência "natural".

Augusto de Mattos Pimenta, membro ilustre do Rotary Club<sup>33</sup> e grande viajante, articulou esses dois discursos e deles fez uma boa síntese em seus escritos, publicados sob o título na imprensa do então Distrito Federal. Apresentado às vezes como médico especialista em questões sanitárias, às vezes como engenheiro e jornalista, personagem importante no meio dos negócios no Rio ao final dos anos 1920, é, no entanto, mal conhecido e pouco citado entre os autores contemporâneos.<sup>34</sup> Sua ficha no Rotary Club, a que se afitou em 1925, indica que era construtor imobiliário e corretor de imóveis.<sup>35</sup> Fundou em 1937 o Sindicato dos Corretores de Imóveis, do qual seria presidente até 1946. Além disso, o *Diário histórico-biográfico brasileiro*, em sua última edição (Abreu & Beloch, 2001), também ressaltava a sua atividade de jornalista engajado durante as revoluções de 1930 e 1932.

De qualquer maneira, ainda que Mattos Pimenta tenha atuado em áreas bastante diversificadas, a sua atividade no decorrer dos anos 1926 e 1927 tem uma relação direta com a favela. Naquele momento, com o apoio da imprensa carioca e dos poderes públicos, ele empreendeu a primeira grande campanha contra a favela, inscrita em um projeto mais am-

<sup>33</sup> O Rotary Club do Rio de Janeiro, criado em 1922, inspirado no Rotary Club de Chicago, foi o primeiro do Brasil. Cf. Reis & Aragão (1993:7), que redigiram um histórico do clube por ocasião da comemoração de seus 70 anos, além de desenvolver atividades filantrópicas voltadas sobretudo para a educação (bibliotecas etc.), o Rotary Rio também funcionou como local de debates e grupo de pressão dos meios econômicos sobre os problemas urbanos da cidade, tais como inundações, fornecimento de água, renovação urbana, preservação de monumentos históricos. Pereira (1996b) escreveu sobre a difusão do modelo norte-americano no discurso urbanístico brasileiro, ressaltando o papel do Rotary Club do Rio de Janeiro.

<sup>34</sup> Só encontramos referências a Mattos Pimenta em Abreu (1994b), Pechman (1996), Silva (1996) e Stuckenbruck (1996). Somente Abreu escreve especificamente sobre Mattos Pimenta e a favela. Os demais autores falam dele sobretudo em relação à contratação do urbanista Alfred Agache para realizar o Plano de Extensão-Remodelação-Embelezamento do Rio de Janeiro. Os principais autores pararam com tal personagem (Parisse, 1969a; Leeds, 1969; e Valla, 1986). Tampouco no estudo da SAGMACS (1960) existe qualquer menção a Mattos Pimenta.

<sup>35</sup> Esta ficha, encontrada durante pesquisa realizada no próprio Rotary Club do Rio de Janeiro, acabou com a dúvida quanto a sua ocupação principal. Realizei também uma entrevista com sua filha, Wanda de Mattos Pimenta Pompéia, que confirmou ter sido o pai ligado ao mercado imobiliário, e um dos mais importantes corretores da época.

pio de modernização e embelezamento do Rio de Janeiro. Mais do que qualquer outro personagem do seu tempo, Mattos Pimenta contribuiu para a transformação da favela em problema, combinando o discurso médico-higienista com o reformismo progressista e os princípios de um urbanismo ainda mais ambicioso que o de Pereira Passos.

Durante dois anos essa campanha, muito bem organizada, ocupou as páginas dos principais jornais do Rio — *O Globo*, *A Notícia*, *Jornal do Commercio*, *O Jornal*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* —, apresentando a imagem da favela como “lepra da estética”.<sup>36</sup> Esta analogia sintetiza perfeitamente a maneira pela qual Mattos Pimenta denunciava a pobreza. A lepra era considerada na Idade Média a doença dos malditos e, ainda nos anos 1920, constava como uma das piores doenças contagiosas, desfigurando e levando à segregação os doentes por ela infectados. Para Mattos Pimenta a favela exigia medidas de igual rigor:

“[...] antes mesmo de sua adopção [do plano de remodelamento do Rio de Janeiro] é mister se ponha um paradedro immediato, se levante uma barreira prophylactica contra a infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro pelo flagello das “favelas” — lepra da esthetica, que surgiu ali no morro, entre a Estrada do Ferro Central do Brasil e a Avenida do Cães do Porto e foi se derramando por toda a parte, enchendo de sujeira e de miséria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais pródiga de belleza” (Pimenta, 1926:7-8).<sup>36</sup>

Mattos Pimenta projeta sobre a favela as suas preocupações reformistas e sanitárias, mas também manifesta cuidados estéticos e preocupações arquitetônicas por “essa obra prima da natureza que é o Rio de Janeiro”. Outros já haviam denunciado a favela como espaço anti-higiénico, insalubre, local de concentração de pobres perigosos e área sem lei. Mattos Pimenta retoma esse discurso:

“Desprovidas de qualquer espécie de policiamento, construídas livremente de latas e frangalhos em terrenos gratuitos do Patrimônio Nacional, libertadas de todos os impostos, alheias a toda ação fiscal, são excelente estímulo à indolência, atraente charmariz de vagabundos, reducto de capoeiras, valhacoito de larapitos que levam a insegurança e a intranquilidade aos quatro cantos da cidade pela multiplicação dos assaltos e dos furtos” (Pimenta, 1926:7-8).

Mas, conforme já foi observado, ele introduziu um tema novo, o tema da estética, da preocupação com a beleza da cidade tomada em seu conjunto. Para defender o Rio de Janeiro, Mattos Pimenta ressalta a necessidade de “cuidar de sua esthetica, de sua hygiene e de sua ordem social com o mesmo cuidado que Deus dedicou aos seus encantos”.

De acordo com Pechman (1996:354), durante os anos 1920, começa a ser expressa uma nova concepção de urbanismo que se opõe à simples ação pontual proposta pelo higienismo e pelos trabalhos de embelezamento. A visão puramente técnica dos problemas

urbanos — moradia, saneamento, circulação — dá lugar a uma concepção mais sistêmica da cidade que se torna objeto de uma nova disciplina com ambições científicas: o urbanismo. Mattos Pimenta havia passado muitos anos na Europa, particularmente em Paris, onde acompanhara o desenvolvimento dessa nova disciplina, conhecia muito bem o seu prestígio e havia apreziado a amplitude das transformações empreendidas em Paris pela reforma de Hausmann.<sup>37</sup>

A campanha contra a favela parece ter sido conduzida com sucesso, e sustentada pelo Rotary Club do Rio, que atuava como uma das associações profissionais do mundo carioca dos negócios. A campanha também inovou quanto aos modos de comunicação, pois uma parte da estratégia de Mattos Pimenta consistia em atacar em várias frentes. Chegou, inclusive, a realizar com o patrocínio do Rotary, um filme de 10 minutos denominado *As Favelas*, mostrando “o espetáculo dantesco que presenciei na perambulação pelas novas favelas do Rio”.<sup>38</sup> Mattos Pimenta sabia que, naquela época, eram poucos os visitantes capazes de subir os morros para ver de perto — e por dentro — uma favela. O Dr. Castro Barreto, médico especializado em questões sanitárias e também membro do Rotary, foi o primeiro a fornecer fotos das favelas a Mattos Pimenta, sobretudo fotos de crianças.

O filme foi projetado várias vezes entre 1926 e 1927,<sup>39</sup> chegando a ser apresentado ao então Presidente da República, Washington Luiz, que teria manifestado o desejo de assisti-lo. Nada sabemos sobre o impacto provocado por esse filme, mas podemos imaginar que tenha contribuído notavelmente para a “cruzada contra a vergonha infamante das favelas”.<sup>40</sup>

Após obter o apoio da imprensa para a divulgação de suas idéias, Mattos Pimenta procurou o apoio do Departamento Nacional de Saúde Pública, junto ao seu diretor, o médico Dr. Clementino Fraga, ao Prefeito Antonio Prado Junior e ao chefe de polícia. Mandou imprimir um prospecto distribuído gratuitamente e intitulado “Casas populares”, no qual divulga uma proposta de solução para o problema das favelas e ressalta algumas medidas de “salvação pública”<sup>41</sup> necessárias: sustar imediatamente a construção de novos casebres, evitando assim a progressão das favelas atuais e a criação de novas; e como principal medida para impor essa parada, o estabelecimento de uma fiscalização realizada pelos funcionários da prefeitura e do Departamento Nacional de Saúde Pública para impedir cons-

<sup>37</sup> O grande conhecimento de Mattos Pimenta sobre as cidades européias e até mesmo sobre a legislação francesa transparece em vários de seus escritos. Ver, sobretudo, o discurso de 29 de outubro de 1926, pronunciado em almoço do Rotary Club do Rio de Janeiro e publicado nas *Notícias Rotarias*, de 12 nov. 1926, sob o título “O remodelamento do Rio de Janeiro”.

<sup>38</sup> Ver discurso intitulado “As Favelas”, op. cit.

<sup>39</sup> Segundo nossa pesquisa realizada em jornais da época (*O Globo*, 11 mar. 1927; *Jornal do Commercio*, 12 mar. 1927; *A Notícia*, 11 mar. 1927), a primeira exibição do filme parece ter ocorrido no Hotel Glória, em 12 de novembro de 1926, como parte da campanha em prol do Projeto de Remodelamento do Rio de Janeiro, levada adiante pelo acido comercial do Brasil na França, Sr. Francis de Guimarães. Foi também divulgada, pelos mesmos jornais, a notícia de ter sido o filme exibido para o Presidente da República no Theatro Capitólio de Petrópolis em 13 de março de 1927. Há também notícias de ter sido o filme exibido ainda no famoso Odeon (Stuckenbruck, 1996).

<sup>40</sup> Ver o artigo “Pela belleza e hygiene da nossa cidade; façam-se casas baratas ao alcance da bolsa da gente pobre! Uma voz de propoganda e de entusiasmo. O que se deve ao Dr. Mattos Pimenta”, *O Globo*, 15 ago. 1927.

<sup>41</sup> Ver discurso intitulado “As Favelas”, op. cit.

truções clandestinas, construídas fora das leis existentes; além da elaboração de um programa de construção de casas para os proletários, asilos e colônias para os inválidos, velhos e crianças abandonadas.

As propostas do Programa de Casas Populares desenvolvidas de maneira bem detalhada por Mattos Pimenta demonstravam a familiaridade de seu autor com as práticas do mercado imobiliário. O Banco do Brasil e as construtoras deveriam subscrever um contrato de abertura de crédito com garantia hipotecária e obrigação de construir casas populares. O programa não deveria onerar o Tesouro Público nem promover descontos em folha de pagamento. Tratava-se de permitir o acesso à propriedade de uma moradia pelo valor de um aluguel mensal. Mattos Pimenta concebeu um plano com prédios de seis andares, cada um deles com 120 apartamentos: "As grandes construções com apartamentos e seu sistema de vendas podem ser aplicadas no Rio com a vantagem de serem mais econômicas e exigirem menores áreas relativas que as habitações isoladas".<sup>42</sup> Tudo de acordo com os modernos princípios da higiene e do conforto.

Esse projeto almejava substituir as favelas por grandes conjuntos de prédios. Segundo o seu autor seria possível, em 15 anos, com juros de 90% ao ano, permitir aos habitantes das favelas alcançar a propriedade de uma moradia confortável de construção sólida, sem a imposição de novas despesas insuportáveis, pois "são raros, raríssimos, os casbres improvisados e ignóbis onde não se paga aluguel".<sup>43</sup>

Relacionada diretamente ou não a esta primeira campanha antifavela, a verdade é que, logo depois, em 1928, em pleno Carnaval, assistiu-se à derrubada de várias centenas de barracos pelo Prefeito Antonio Prado Junior, obrigando seus moradores a buscar por conta própria outros locais de moradia (Conniff, 1981:33).<sup>44</sup> Em contrapartida, as propostas de Mattos Pimenta quanto à construção de casas populares para os moradores das favelas não foram implementadas.

É preciso lembrar que Mattos Pimenta não era um reformador como os outros médicos ou engenheiros. Muito embora os poucos autores que falam desse personagem tenham atribuído a ele o título de médico higienista, foi a sua condição de construtor imobiliário que lhe conferiu uma importância particular, representante do encontro entre dois segmentos da elite carioca: a intelectual e a econômica, ambas fortemente influenciadas pelas idéias europeias.

Mattos Pimenta também personificava a emergência do capital imobiliário.<sup>45</sup> Além de importante ator do desenvolvimento urbano, também criou a Bolsa Imobiliária do Rio de Janeiro — no momento em que o crescimento urbano começava a se realizar através da expansão do parque imobiliário.<sup>46</sup>

42 Uma cópia da proposta de contrato encontra-se em "As casas populares — um projecto do engenheiro Mattos Pimenta para resolver a crise de habitações", *O Jornal*, 9 dez. 1926.  
43 Id. *ibid.*

44 Coincidentemente, a entrada da favela nas letras do canção popular ocorreu em 1928 (Oliveira & Marcier, 1998:65-66), numa referência explícita à derrubada de barracos.

45 Mattos Pimenta abandonou a prática médica em 1918, ao regressar da França após a Primeira Guerra Mundial, onde trabalhou como capitão-médico. Foi também diretor da Companhia Construtora Brasil, função que exerceu até 1926 (Abreu & Beloch, 2001).  
46 Conniff (1997:183-198) analisa a expansão do Distrito Federal no período 1920-1933.

Mas a sua ação não deve ser interpretada apenas como fruto do comprometimento moral e do desejo de modernizar demonstrado pelos reformadores sociais. Serve também como testemunho da mobilização desses novos atores econômicos em favor de uma nova maneira de ver o desenvolvimento da cidade, em que valorizar o seu capital equivaleria a valorizar a cidade em seu conjunto e não apenas construir novos bairros modernos.

Por conseguinte, as idéias de Mattos Pimenta relativas ao urbanismo, às favelas e moradias populares contrubuíram bastante para dar forma às representações das elites. E suas propostas pioneiras não deixaram de influenciar os atores e as instituições que, em seguida, retomariam as bandeiras de luta por ele empunhadas contra a favela: o Plano Agache, o Código da Construção e o Banco Nacional da Habitação (BNH).

Imediatamente após Mattos Pimenta, o novo ator importante que surge no cenário da cidade é o urbanista francês Alfred Agache, arquiteto e sociólogo (Bruant, 1994). Chegando ao Rio pela primeira vez em 1927 — por recomendação de Francisco Guimarães, adido comercial do Brasil na França, e convidado pelo então Prefeito Antonio Prado Júnior —, apresentou três conferências que obtiveram uma grande repercussão. Em seguida, foi contratado pela Prefeitura do Rio de Janeiro para elaborar o primeiro plano de extensão, renovação e embelezamento da capital do país.<sup>47</sup>

Agache recebeu especial apoio dos engenheiros ligados à municipalidade do Rio (Godoy, 1943), do Clube de Engenharia e do Rotary Club do Rio de Janeiro (Stuckenbruck, 1996). Conforme já foi assinalado, o Rotary Club, nos anos seguintes à sua criação, em 1922, reunia importantes setores econômicos da sociedade, lembrando que o próprio Agache pertencia a uma família de poderosos industriais franceses do ramo têxtil, com o mesmo nome, e interesses no Brasil.<sup>48</sup>

Sua escolha como responsável pelo Plano da Cidade do Rio de Janeiro provocou três tipos de conflito que ocuparam colunas inteiras nos jornais, e foram relatados por diversos autores (Stuckenbruck, 1996; Silva, 1996; Pechman, 1996). O primeiro conflito se refere essencialmente ao fato de o convite ter sido feito a um europeu, quando os arquitetos locais — em uma posição corporativista defensiva, no próprio momento em que a profissão estava em vias de institucionalização — pleiteavam o apelo aos profissionais brasileiros e defendiam a idéia de uma abordagem especificamente brasileira contra a importação de modelos estrangeiros (Silva, 1996:401-406). Enquanto Mattos Pimenta e outros rotarianos, além de suas tendências francófilas, consideravam a experiência urbanística dos arquitetos nacionais aguçem das expectativas.

O segundo conflito diz respeito à crítica da apropriação feita por Agache das idéias, propostas e trabalhos elaborados por inúmeros profissionais brasileiros, chegando até à acusação de plágio quanto a determinados projetos específicos (Silva, 1996:405). Mas o próprio Agache apresentou o seu papel como o de um "catalisador" e reconheceu ter utilizado numerosos trabalhos anteriores, indicando que o plano proposto e assinado por ele:

"é uma obra de conjunto e de colaboração, porquanto, ainda uma vez, se trata, não de inventar peças, mas de condensar, reunir, em único e methodico bloco, o apinhado de idéas suggeridas, mais ou menos manifestadas, que perrassam no ar, e que

47 Rezende (1982) apresenta quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro, respectivamente: Agache, Daxlads, Pub Rio e Pit Metrô.

48 Entrevista com Catherine Bruant em 2000.

vós, meus senhores reconhecereis como de vossa lavra, assim que as virdes realistas, concretizadas em uma só obra, pelo desenho ou pela palavra escripta” (Agache, 1930: 21).

Albuquerque Filho (apud Silva, 1996:404) observa que a equipe dirigida por Agache consultou pelo menos 63 trabalhos, livros, relatórios e revistas, além das dezenas de cartas, mapas, fotografias e mais de 30 plantas, projetos e desenhos diversos. “Foram igualmente consultados e analisados cinco projetos, anteriores ao estudo do projeto Agache”.

De fato, uma consulta ao original da obra demonstra a ausência de bibliografia além da falta de esclarecimentos quanto às fontes dos dados estatísticos, e de referências precisas aos autores e/ou especialistas que inspiraram o seu trabalho. Agache se atém a uma fórmula de agradecimento bem geral:

“Desejo endereçar um agradecimento colectivo a todos os technicos ou artistas, jornalistas ou simples entusiastas da esthetica, que me participaram as suas sugestões sobre as transformações desejáveis ou possíveis a serem introduzidas na cidade. Os animadores, porém, são demasiadamente numerosos para que eu possa nomeá-los aqui individualmente” (Agache).

O terceiro tipo de conflito está relacionado aos projetos urbanísticos preconizados por Agache, sendo um dos maiores problemas a escolha da solução urbanística para o espaço criado no Centro da cidade, em consequência da derrubada do Morro do Castelo. Desmonte ocorrido em 1922 durante a administração do Prefeito Carlos Sampaio, “em nome da aeração e da hygiene”, com o objetivo de preparar o Rio de Janeiro para as comemorações do 1º Centenário da Independência do Brasil (Abreu, 1987:76).<sup>49</sup>

Apesar de tudo, Agache realizou uma proposta extremamente ambiciosa para a cidade do Rio.<sup>50</sup> Publicou um volumoso documento cuja qualidade foi ressaltada por dife-rentes especialistas da história do urbanismo brasileiro. Segundo Pereira: “uma formidável síntese [...] que começa com o estudo da Geografia e da História, evolui para a análise dos indicadores sociais e econômicos, passa pelo estudo das formas e traçados urbanos para enfim, dar origem tanto às intervenções de caráter físico como às propostas de legislação que deverão presidir a ‘remodelação’, o ‘embelezamento’ e a ‘expansão’ da cidade” (Pereira, 1996a:369).

A favela não passou despercebida ao olhar estrangeiro de Agache, aliás o primeiro estrangeiro a escrever sobre ela.<sup>51</sup> Le Corbusier também ali esteve, e fez um croqui desse espaço (Santos et al., 1987). Há, também, notícias de intelectuais e artistas estrangeiros, que

<sup>49</sup> Sobre a história e a iconografia do desmonte do Morro do Castelo, ver Santos & Nonato (2000), Segundo Cominif (1981:33), “The Agache Plan was European in that it assumed full powers to remake the entire city; it was the heir of Haussman’s designs for Paris”.

<sup>51</sup> Le Corbusier também visitou o Rio na mesma época que Agache, mas depois dele. Entre todos os visitantes estrangeiros, minha pesquisa demonstra que Agache foi o único, daquela época, a deixar uma marca no pensamento sobre as favelas do Rio. Berenstein-Jacques (2001a), estudando a influência das favelas sobre os modernistas brasileiros durante os anos 1920, sugere terem sido eles que transformaram em símbolo da cultura nacional. Pintores célebres como Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Lasar Segall e Portinari, em diversas oportunidades, pintaram as favelas do Rio.

visitaram o Rio de Janeiro nessa época, sendo levados por amigos brasileiros a conhecer e passear no Morro da Favela. Entre esses estrangeiros consta Blaise Cendrars, que esteve no Brasil em diversas oportunidades entre 1924 e 1929. Segundo Bernstein-Jacques (2001a:76), Cendrars chegou até mesmo a criticar os planos urbanísticos da prefeitura — implicitamente, o Plano de Agache —, assim como o projeto utópico de seu amigo Le Corbusier.

A favela parece ter impressionado Alfred Agache de uma tal maneira que ela já é explicitamente mencionada em sua terceira conferência, ao final de julho de 1927, quando o urbanista ainda não havia sido contratado para realizar o plano do Rio. Intitulada “Cidades-jardins e favelas”, Agache aborda o assunto dizendo apenas que: “A ‘favela’ é também uma espécie de cidade-satellite de formação espontânea, que escolheu, de preferência, o alto dos morros, composta, porém, de uma população meio nômada, avessa a toda e qualquer regra de hygiene” (Agache, 1930:20).

É apenas no texto da apresentação de seu plano para o Rio que Agache se refere às favelas com um certo detalhamento, consagrando duas páginas ao Morro de Santo Antônio (Agache, 1930:176-177), e outras duas ao problema das favelas em geral na parte “Elementos Funcionais do Plano Diretor” (Agache, 1930:189-190).

Segundo Godoy (1943:79), a primeira vez que Agache visitou uma favela, o Morro da Providência, foi em sua companhia e na de outros engenheiros da cidade. Duas fotografias testemunham essa visita (Zilberberg, 1992:32).

A influência de Mattos Pimenta parece evidente nas observações e conclusões de Agache sobre a favela carioca. É importante lembrar que: 1º) a campanha lançada pelo médico, a favor da estética, estava em seu auge quando o urbanista francês desembarcou no Rio de Janeiro; 2º) Mattos Pimenta também havia apoiado a sua contratação pela Prefeitura do Distrito Federal; 3º) foi ele, ainda, quem pronunciou o discurso de boas-vindas a Agache; e 4º) segundo sua filha, os dois se tomaram bons amigos.<sup>52</sup> É, então, possível levantar a hipótese de Mattos Pimenta ter sido a principal fonte inspiradora de Agache a propósito das favelas e, muito provavelmente, também sobre outras questões ligadas à cidade do Rio de Janeiro. Os discursos de ambos são bastante próximos e referem-se aos mesmos conceitos higienistas e estéticos. O conceito moderno de urbanismo, que tem a hygiene como princípio básico e o embelezamento como finalidade, era comum a ambos, e a imagem da lepra e do perigo de contágio apresentada por Mattos Pimenta é retomada por Agache em sua descrição da favela:

“Não impede que, construídas contra todos os preceitos da hygiene, sem canalizações d’água, sem exgotos, sem serviço de limpeza publica, sem ordem, com material heteroclitico, as favelas constituem um perigo permanente d’incendio e d’infeções epidemicas para todos os bairros atravez dos quaes se infiltram. A sua lepra suja a vizinhança das praías e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despe os morros do seu enfite verdejante e corroe até as margens da matta na encosta das serras” (Agache, 1930:190).

No entanto, Agache não se contenta apenas em ver na favela um mal contagioso a ser combatido, como pensava Mattos Pimenta. Seu trabalho já revela uma preocupação em compreender a causa do fenômeno:

<sup>52</sup> Entrevista com Wanda de Mattos Pimenta Pompéia, filha de Mattos Pimenta (1998).

"Póde-se dizer, que são o resultado de certas disposições nos regulamentos de construção e da indiferença manifestada até hoje pelos poderes públicos, relativamente às habitações da população pobre. Perante as dificuldades acumuladas para obter-se uma autorização de edificar, — requerimentos e formalidades só alcançam o seu destino depois de muito tempo e taxas onerosas, — o operário pobre fica descontentado e reúne-se aos *sem teto* para levantar uma choupana com latas de Kerolan e caixa de embalagem nas vertentes dos morros próximos a cidade e inocuados, onde de não se lhes reclamam impostos nem autorizações" (Agache, 1930:189).

De fato, Agache parece ter sido um dos primeiros a perceber que elementos exteriores à pobreza, como as dificuldades burocráticas de acesso à moradia, são também fatores explicativos do apelo das favelas. É possível considerar que essa primeira reflexão sobre o processo de constituição desses aglomerados, apesar de sumária, diz respeito à dimensão sociológica da formação de Agache, que se havia iniciado na observação social através da perspectiva leplaysiana.<sup>53</sup> Sua maneira de compreender o problema, de perceber o social, marca um avanço em relação aos observadores precedentes, chegando a perceber os processos de constituição dos laços sociais nas favelas, inclusive a emergência de atividades econômicas, em termos quase sociológicos:

"Pouco a pouco surgem casinhas pertencentes a uma população pobre e heterogênea, nasce um princípio de organização social, assiste-se ao começo do sentimento da propriedade territorial. Famílias inteiras vivem ao lado uma da outra, criam-se laços de vizinhança, estabelecem-se costumes, desenvolvem-se pequenos comércios: amazens, botequins, alfaiates, etc." (Agache, 1930:189).

Agache assinala também o aparecimento de um mercado imobiliário, ou seja, de um mercado de locação, que ele descreve nos seguintes termos:

"Alguns delles que fizeram bons negócios, melhoram a sua habitação, alugam-na até e estabelecem-se noutra parte, e eis pequenos proprietários capitalistas que se installam repentinamente em terrenos que não lhes pertenciam, os quaes ficariam surpreendidos se se lhes demonstrasse que não podem, em caso nenhum, reivindicar direitos de possessão" (Agache, 1930:189).

Quanto às soluções, Agache, seguindo as orientações dos reformadores sociais europeus, amplamente divulgadas a partir do final do século XIX (Butler & Noisette, 1983), preconiza a construção de moradias populares acompanhando a destruição das habitações precárias. Considera, no entanto, que se esta destruição é necessária "não só sob o ponto de vista da ordem social e da segurança, como sob o ponto de vista da *hygiène* geral da cidade sem falar da *esthetica*", ela não é suficiente, pois as mesmas causas correm o risco de produzir os mesmos efeitos, e teme que se os moradores das favelas "fossem simplesmente ex-

gundo Briant (1994), Agache pertence à linhagem de Frédéric Le Play, e era membro da *Société de l'hygiène urbaine do Musée Social*. Era ligado a Demolins, criador da *Ecole des Roches*, e foi também membro da Sociedade Internacional de Ciências Sociais. Além de ter publicado também em *Les*

pulsos, se installariam alhures nas mesmas condições" (Agache, 1930:190). Assim propõe, em seu Plano de Extensão, Renovação e Embelezamento, que sejam construídas moradias adaptadas à população:

"A medida que as villas-jardins operarias serão edificadas em obediência aos dados do plano regulador, será conveniente reservar um certo numero de habitações simples e econômicas, porém *hygienicas* e práticas, para a transferência dos habitantes da favela, primeira etapa de uma educação que os ha de preparar a uma vida mais confortável e mais normal" (Agache, 1930:190).

Todavia, ainda que Agache retome as propostas de solução já apresentadas por reformadores urbanos brasileiros como Backheuser<sup>54</sup> ou Mattos Pimenta, ele também inova através do seu olhar sociológico dirigido às causas da formação das favelas, e ao desenvolvimento de laços sociais e atividades econômicas nos referidos bairros. Na verdade, esse aporte foi pouco valorizado, como de resto todo o conjunto dos projetos de Agache que, de fato, oficialmente aprovados, foram postos de lado, em virtude das mudanças trazidas pela Revolução de 1930.

### A favela: um problema a ser administrado e controlado

A Revolução de 1930, que levou à ditadura de Getúlio Vargas, abriu, de fato, uma nova etapa nas representações das classes populares e, por isso mesmo, das favelas.

Essa revolução, cuja ponta de lança foram os tenentes do Exército brasileiro, saídos das camadas médias urbanas, levou a um novo período da República, francamente oposto à "República Velha", expressão que a partir de então passou a designar os 40 anos anteriores, dominados por oligarquias rurais defensoras dos interesses de uma elite agrária exportadora. Contra a orientação político-cultural pró-européia dessas elites, a Revolução de 1930 e os anos seguintes de Vargas instauraram um clima de forte nacionalismo, voltado para a construção e valorização da identidade nacional brasileira, tornando simbolicamente ameadador tudo que fosse estrangeiro.

Muitos pesquisadores brasileiros escreveram sobre Vargas, personagem controverso que sempre suscitou debates no Brasil quanto ao seu legado.<sup>55</sup> Retrocesso ou renovação? Reforço da tradição oligárquica ou ruptura com o passado? Continuidade ou mudança com uma abertura para os interesses da nova ordem urbana industrial?

Os anos de Vargas se dividem em três subperíodos. Entre 1930 e 1934, ele foi o líder da Revolução de 1930, de bandeira reformista. De 1934 até 1937, eleito pelo voto indireto, foi Presidente da República de um governo constitucional. "Nesse momento vem à tona a figura do chefe de um governo comprometido com um projeto liberal-de-

<sup>54</sup> Backheuser é um dos primeiros a apresentar propostas específicas para construção de moradias populares explicitamente inspiradas no pensamento reformador europeu. Em seu relatório fala inclusive das "villas" construídas no Rio de Janeiro desde 1890 pelo Sr. Arthur Sauet, incorporador da Companhia de Saneamento que, no entanto, só beneficiaram 5.102 indivíduos dos 61.060 previstos (Backheuser, 1906:89).

<sup>55</sup> Uma síntese desses debates pode ser encontrada em Oliveira (1978) e Diniz (1999).

mocrático, respaldado pela Constituição de 1934 que, apesar de conter um capítulo de teor claramente intervencionista sobre a ordem econômica e social, consagrava os princípios liberais embutidos no movimento de 1930<sup>6</sup> (Diniz, 1999:23). E, a partir de 1937, após um golpe de Estado em que pôe fim à experiência democrática de 1934-1937, instalou-se no poder pela via autoritária até 1945, período de ditadura conhecido como Estado Novo.

Conforme já foi demonstrado por inúmeros autores, a República de Getúlio Vargas reforçou a capacidade de intervenção do Estado central e perseguiu os comunistas, bem como quaisquer outros oponentes ao seu regime. Era, no entanto, uma ditadura de tipo populista, que reconheceu e protegeu os trabalhadores através de leis reguladoras das relações salariais, modernizou o sistema educativo e desenvolveu a proteção social, a ponto de Getúlio ser considerado o “pai” das leis sociais no Brasil. Segundo Gomes (1999:62), ele apresentava uma imagem de guia e “pai dos pobres”: seu projeto era transformar o Brasil em um lar imenso, e o Estado em Estado-Providência.

O regime de Vargas retomou a temática higienista que atribuía a propagação de inúmeras doenças às más condições sanitárias das moradias populares. Getúlio Vargas afirmava que a propriedade de sua moradia e uma alimentação adequada eram legítimas aspirações dos trabalhadores. Para ele, a família constituía a célula política de base e a questão da moradia uma questão maior (Gomes, 1999:62-63).<sup>56</sup>

A evolução da política municipal do Rio de Janeiro, durante o período seguinte à Revolução de 1930, foi estudada particularmente por Conniff (1981).<sup>57</sup> Nos anos 1931-1936, Getúlio Vargas nomeou para prefeito da cidade o médico Pedro Ernesto, logo reconhecido como “o médico dos pobres”. Na origem do clientelismo político desenvolvido nas favelas a partir dessa época (Conniff, 1981), a política de Pedro Ernesto voltou-se prioritariamente para a construção de hospitais e escolas. Sua abordagem da questão social era bastante semelhante àquela dos reformadores progressistas do início do século XX nos Estados Unidos: a ajuda aos pobres deveria constituir uma responsabilidade pública com o intuito de reduzir o estigma da inferioridade e da dependência que freqüentemente caracterizam o assistencialismo (Conniff, 1981:123).

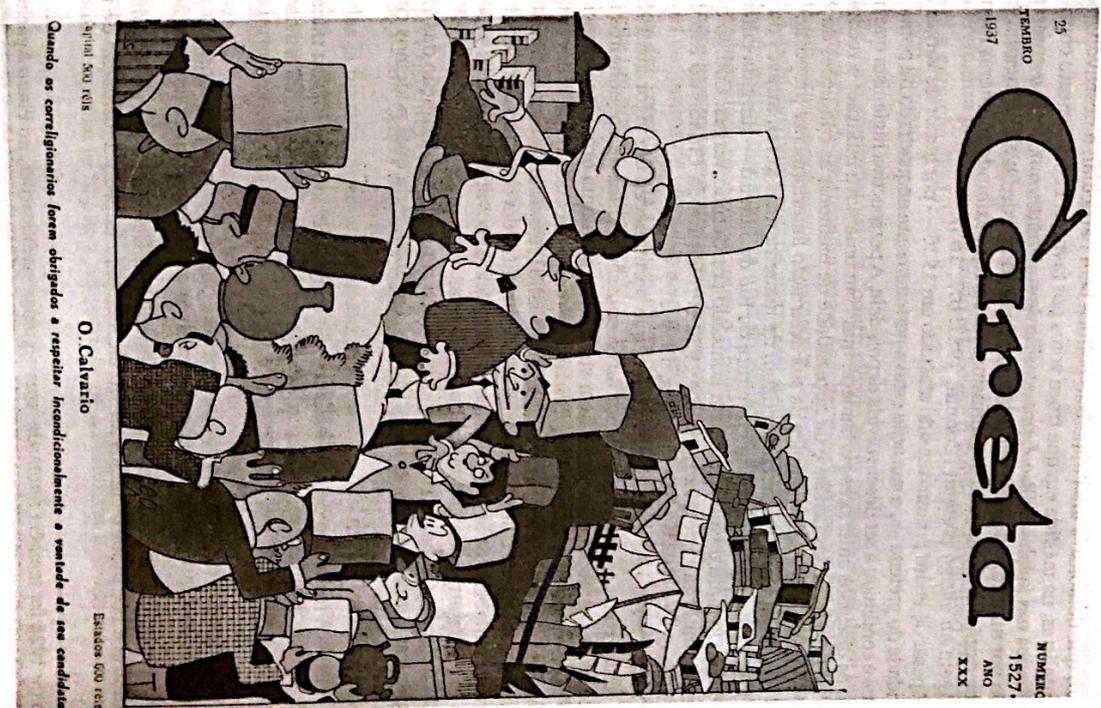
A influência e a ação de Pedro Ernesto com respeito aos moradores das favelas foram particularmente importantes. Ele inaugurou um novo tipo de relação com os favelados.<sup>58</sup>

<sup>56</sup> Segundo Gomes “o regime assumia que muitas doenças em nossas cidades se propagavam pelas más condições de higiene das moradias populares, o que tornava o trabalhador revoltado e preguiçoso” (Gomes, 1999:62).

<sup>57</sup> Mais recentemente, Pedro Ernesto vem sendo estudado por historiadores cariocas. Ver Sarmiento (2001).

<sup>58</sup> Conniff (1981:101-102) menciona o Padre Olympio de Melo como um dos principais assessores de Pedro Ernesto, peça-chave na política clientelista desenvolvida pelo prefeito. Segundo o autor, a figura do padre era bastante popular nos subúrbios cariocas durante os anos 1930. E foi também o soureiro do PADF (Partido Autonomista do Distrito Federal), criado por Pedro Ernesto.

Figura 6  
Caricatura ilustrando o clientelismo político em vigor nos anos 1930



Pedro Ernesto manteve inúmeros contatos com os habitantes das favelas entre 1934 e 1934, intervindo como mediador nos conflitos sobre a propriedade do solo, distribuindo as primeiras subvenções públicas às escolas de samba para o Carnaval e, em alguns casos, decidindo sobre a instalação de serviços públicos. Em 1934, por exemplo, organizou uma manifestação oficial na Favela da Mangueira para anunciar a abertura de uma escola pública. Ato que demonstra uma dimensão política bem particular, o desenvolvimento de laços clientelistas, na medida em que troca votos por favores. Pedro Ernesto contava mais de 100 afilhados nas favelas do Rio e, por ocasião de sua morte, em 1942, o enterro foi acompanhado por uma considerável multidão, com moradores de favelas e membros de escola de samba caminhando ao lado das limusines do cortejo, exibindo inúmeras mensagens em homenagem ao antigo prefeito (Conniff, 1981:107, 163).

Apesar de Pedro Ernesto ter sido afastado em 1936 — por temor de Vargas à crescente popularidade do prefeito —, a sua ação estava perfeitamente enquadrada na política populista do regime e continuou a ser desenvolvida depois dele. A perspectiva higienista que havia acompanhado os discursos anteriores permanece, mas com uma nova inflexão: o reconhecimento de fato, da existência das favelas e da necessidade de melhorar as condições de vida dos favelados, contrariando a solução única de sua destruição anteriormente proposta.

Esse reconhecimento se concretizou, de maneira mais geral, através da aprovação em 1937 do Código de Obras, pela Prefeitura do Rio de Janeiro — dirigida então pelo Prefeito e Padre Olympio de Melo, também nomeado por Getúlio Vargas. Código que sucedeu a três textos anteriores de 1924, 1926 e 1937 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro 1977:85-86; Godoy, 1943:320-321; Silva, 1996:399-400).<sup>59</sup>

O novo texto desse Código de Obras, que permaneceu em vigor até 1970, foi elaborado, assim como os precedentes, por uma comissão técnica de engenheiros municipais e fazia parte dos esforços, não muito bem-sucedidos, para uma organização racional da cidade. O que se pretendia era atribuir à cidade os meios necessários para dar respostas aos novos problemas colocados pelo crescimento urbano, ressaltando especialmente: o início da verticalização, com a construção de imóveis mais altos em concreto armado; e a questão dos bairros insalubres. Sobre este último ponto o texto inova, entre outros aspectos, pela atenção explícita atribuída ao fenômeno das favelas.

O Código de Obras de 1937 introduz em seu capítulo XV “Extinção das Habitações Anti-Higênicas”, uma parte intitulada “Favelas” (p. 107),<sup>60</sup> da qual podemos citar em especial o artigo 349:

“Art. 349 — A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida.”

— “1ª Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção.”

— “2ª A Prefeitura providenciará por intermédio das Delegacias Fiscais, da Diretoria de Engenharia e por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente à demolição dos novos casebres, daqueles em que fôr realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas.”

<sup>59</sup> O texto de 1926 foi também retomado, com algumas modificações, no Plano Agache (Godoy, 1943:321).

<sup>60</sup> Os números de página se referem à quarta edição desse código de 1937, datado de 1964 e publicado sob a direção de A. C. Brandão.

velas ou para a ampliação e execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente à demolição dos novos casebres, daqueles em que fôr realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas.”

— “7ª Quando a Prefeitura verificar que existe exploração de favela pela cobrança de aluguel de casebres ou pelo arrendamento ou aluguel do solo, as multas serão aplicadas em dobro” (...)

— “8ª A construção ou armação de casebres destinados a habitação, nos terrenos, pátios ou quintais dos prédios, fica sujeita às disposições deste artigo.”

— “9ª A Prefeitura providenciará como estabelece o Título IV do capítulo XIV deste decreto para a extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo.”

Logo de início, percebemos uma continuidade entre as disposições desse texto e as orientações anteriores de Martos Pimenta e Agache: o código preconiza a eliminação das favelas e sua substituição por novos alojamentos de acordo com as normas de salubridade. Mas o texto é ambíguo, pois antes de preconizar a sua eliminação, ele propõe interditar a expansão das favelas, o que significa uma possibilidade de mantê-las. É possível interpretar essa ambigüidade observando que: o parágrafo 9º associa eliminação e transferência dos moradores; e os parágrafos precedentes visam controlar as favelas já existentes enquanto novos conjuntos de moradas não puderem ser construídos.

Fica, assim, reconhecida a existência das favelas pelo código, e o detalhe de suas disposições revela um grande conhecimento desse universo:

a) nesta primeira definição oficial, bastavam dois casebres para formar uma favela (mais adiante, a definição dos censos irá considerar um mínimo de 50); o conglomerado poderia ou não ter uma disposição ordenada; a construção era precária; e o tipo de aglomeração desenvolvido fora da lei (“em desacordo com as disposições desse decreto”);

b) as favelas existentes crescem por extensão — construção de novas casas — ou por densificação — ampliação das construções existentes;

c) as favelas já funcionam em parte como mercados imobiliários: o volume dos aluguéis recebidos é importante o suficiente para chamar a atenção, e tanto se referem ao aluguel da construção quanto ao aluguel do solo;

d) a favela não surge apenas da invasão de terrenos vazios: ocorrem também processos de “favelização” em zonas construídas, através da ocupação de interstícios, pátios, quintais ou jardins pertencentes a imóveis já existentes.

Apesar de suas ambigüidades, o Código de Obras de 1937 parece ter inaugurado juridicamente, assim como Pedro Ernesto havia inaugurado politicamente um novo período, em que pouco a pouco se impõe a necessidade de administrar a favela e seus habitantes.

<sup>61</sup> O trabalho pioneiro de Conn (1968) corresponde à mais completa discussão do Código de Obras de 1937 e dos direitos de posse dos favelados. No entanto, não é conhecida a discussão entre os engenheiros que tenha resultado no referido código.

Com a preocupação de administrar,<sup>62</sup> vem a preocupação de conhecer. Conforme foi indicado anteriormente, já podemos notar o esboço de uma abordagem sociológica da população favelada nas observações de Agache. Mas apenas nos anos 1940 é que a preocupação de conhecer melhor esse território e sua população será concretizada.

Figura 7

### O Código de Obras de 1937 quer fazer do Rio a “cidade maravilhosa”



Fonte: Acervo Eduardo Augusto de Brito e Cunha. *Caretã*, n. 1.573, ago. 1938.

eds & Leeds (1978:191-192) afirmam que o próprio código pode ser lido como a primeira política de governo relativa à favela, com medidas puramente administrativas.

### Conhecer para melhor administrar e controlar a favela e seus habitantes

Para garantir uma boa administração e um controle eficaz é necessário classificar, medir e quantificar o objeto em questão. É bom lembrar que a invenção das estatísticas nos países europeus ocorreu no século XVIII, para orientar melhor a ação do Estado. Na Inglaterra e na França, as estatísticas só experimentaram um grande desenvolvimento a partir do século XIX. Leclerc (1979) e Destroisères (1993) ainda ressaltam: a importância dos dados para a força dos argumentos no debate sobre a reforma social no século XIX; e o papel da estatística como instrumento de poder.

No Brasil as estatísticas oficiais também aparecem no século XIX, tendo sido realizado o primeiro censo nacional em 1872. No que se refere às favelas do Rio de Janeiro, no início dos anos 1940, já se começa a pensar na importância de ultrapassar uma visão impressionista para adquirir um saber que permita caracterizar com precisão os indivíduos e suas famílias, assim como as suas condições de moradia, classificando os diferentes tipos de problemas e situações. As estimativas da população favelada de que se dispunha na época<sup>63</sup> deveriam ser substituídas por cifras exatas. Em 1941, durante o 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo, foi solicitado “um estudo completo das Favelas através do qual possamos conhecer os aspectos gerais e particulares do problema” (Mariano Filho et al., 1941:252).

Os autores desse documento, novamente membros do Rotary Club do Rio — o médico Mariano Filho, o engenheiro Alberto Pires Amarante e o arquiteto Américo Campello — estabeleceram a lista das informações, segundo eles, necessárias a uma ação eficaz:

- ▶ número exato de habitações que compõem cada núcleo;
- ▶ caráter da formação e sua densidade;
- ▶ número de habitantes;
- ▶ caráter específico das habitações;
- ▶ caracterização urbanística das terras ocupadas;
- ▶ número de habitantes, ocupação dos homens e das mulheres;
- ▶ número de crianças em idade escolar;
- ▶ condições sanitárias gerais;
- ▶ extensão da área ocupada;
- ▶ dossiê fotográfico;
- ▶ possibilidade de urbanização de cada núcleo;
- ▶ nome do proprietário das terras ocupadas.

<sup>63</sup> Agache (1930:190) estimou em 200 mil almas os habitantes das favelas do Rio duplicando a estimativa feita por Mattos Pimenta “de mais de 100.000 pessoas” (*O Globo*, 15 set. 1927, “Pela beleza e hygiene da nossa cidade. Façam-se casas baratas ao alcance da bolsa da gente pobre”).

Dentro dessa perspectiva é que foram realizados os primeiros estudos mais sistemáticos sobre as favelas do Rio de Janeiro: o relatório do médico Victor Tavares de Moura, publicado em 1943 com o título de *Favelas do Distrito Federal*; e o trabalho de final de curso de assistente social realizado por Maria Hortência do Nascimento e Silva, publicado em 1942 com o título *Impressões de uma assistente sobre o trabalho na favela*. Esses dois textos marcam claramente o início de um novo período, que reconhece a necessidade de dados concretos para uma gestão mais eficaz da pobreza e de seus espaços. O primeiro estudo servia inclusive de base para a ação do Prefeito Henrique Dodsworth e para a política dos parques proletários no Estado Novo de Vargas em 1941-1943.

O "Esboço de um plano para estudo e solução do problema das favelas do Rio de Janeiro" (1940)<sup>64</sup> foi um trabalho preliminar realizado a pedido do Secretário-Geral de Saúde e Assistência do Rio de Janeiro, Dr. Jesuino Carlos de Albuquerque ao Dr. Victor Tavares de Moura, Médico residente no Rio,<sup>65</sup> natural do Estado de Pernambuco e cunhado do Governador/Interventor Agamenon Magalhães, que havia organizado uma "Liga social contra o mucambo" (Pandolfi, 1984; Melo, 1985; Lira, 1998), e nomeado em 1937 por Getúlio Vargas. O mucambo<sup>66</sup> é o equivalente no Recife ao casebre da favela carioca. Essa liga, da qual Victor Tavares de Moura havia participado diretamente, foi a sua fonte de inspiração (Moura, 1940:1). No caso do Recife havia sido constituída uma Comissão de Recenseamento dos Mucambos (Lira, 1998:94), da qual Victor Tavares de Moura cita os resultados: 45.581 mucambos abrigavam 164.837 pessoas de todas as idades. Em seu texto, ele ressalta a necessidade da colaboração de um estatístico (Moura, 1940:7) e recomenda proceder a um recenseamento detalhado das favelas, segundo ele condição indispensável para a definição das ações públicas:

"Da minúcia e do critério com que for preenchida a ficha do censo, dependerá em grande parte o êxito da campanha, pois somente com informações reais e por menorizadas, é que se pode escolher o caminho a seguir para a solução de um problema, cuja complexidade não necessita de ressaltar" (Moura, 1940:8).

Para esse recenseamento, chegou a propor um modelo de ficha com vários tipos de informação a serem coletadas: bairro, nome da favela, rua e número; nome e endereço dos proprietários do terreno, por um lado, e do barracão por outro; características físicas da moradia (materiais, número de cômodos, superfície, estado geral); estatuto de ocupação, valor do bem, montante eventual do aluguel da moradia e do terreno; tipo de uso, residencial, comercial, escolar, de lazer ou misto (o que já demonstra a existência de um certo nível de equipamento nas favelas); lugar de nascimento; ocupação, estatuto, lugar de

64 Documento datilografado e não publicado faz parte do arquivo doado por Maria Coeli de Moura, disponível à consulta pública no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Projeto IUPERJ/Casa de Oswaldo Cruz, coordenado por Lícia do Prado Valladares. Vale assinalar que o Dr. Victor Tavares de Moura também havia adotado a partir de 1940 a simplificação ortográfica já vigente em Portugal.

65 Sua primeira atuação na administração pública do então Distrito Federal foi como chefe do Albergue da Boa Vontade, em 1937. Sobre este albergue e a atuação de Victor Tavares de Moura, ver Me-deiros (2002).

66 Esta é a ortografia moderna. A anterior era "mucambo".

trabalho e renda do chefe de família e dos outros membros ativos da família; desocupados segundo o setor de atividade; inválidos; nível de educação; número, idade, sexo e escolaridade das crianças.<sup>67</sup>

Observamos que os argumentos apresentados por ele para justificar as informações a serem recolhidas revelam um conhecimento detalhado da formação das favelas, fazendo distinção entre as favelas constituídas por invasão ilegal de terrenos públicos e as favelas estimuladas pelos próprios proprietários da terra que ali obtinham lucros importantes evitando, ao mesmo tempo, o pagamento de impostos (Moura, 1940:3). Victor Tavares de Moura dá o exemplo do Morro da Favela, onde os barracões por um lado se estendiam sobre um terreno municipal, e pelo outro sobre um terreno particular, lembrando que esta parte é menos povoada, pois "todo morador paga o aluguel do chão ou do barracão, e se assim não o fizer, será despejado, quase sempre com violência" (Moura, 1940:10).

Essas propostas foram aplicadas pela Comissão de Estudo do Problema das Favelas, cuja criação havia sido recomendada por Victor Tavares de Moura e na qual ele tinha a responsabilidade de dirigir as pesquisas de campo (Partisse, 1969a:65). Quatorze favelas foram estudadas segundo o seu método. O relatório que apresenta esses resultados nunca foi publicado sob forma de documento, mas teve uma considerável repercussão na imprensa do Rio (Partisse, 1969a:68-69), sobretudo nos jornais favoráveis ao governo Vargas. Segundo Leeds & Leeds (1978:192-194), o relatório evidenciava, pela primeira vez, a complexidade da favela. Victor Tavares de Moura ressaltava a diversidade entre as mesmas, e as situações descritas desmistificam a visão corrente àquela época, das favelas como lugar de criminalidade, marginalidade e desorganização social (Leeds & Leeds, 1978:193).

A monografia de final de curso da assistente social Maria Hortência do Nascimento e Silva também representa outro marco importante desses primórdios da investigação em favelas (Silva, 1942). Até o governo Vargas, a ajuda social aos pobres tinha um caráter quase exclusivamente privado e religioso, e era organizada segundo práticas e instituições que remontavam ao Brasil colonial.<sup>68</sup> Durante os anos 1930, pela primeira vez, a Prefeitura do Rio de Janeiro começou a empregar assistentes sociais. Para a formação dessas profissionais foi criado, em 1937, o Instituto Social, atual Departamento de Serviço Social da Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Após jornalistas, engenheiros, médicos e urbanistas, as assistentes sociais apareceram, então, como um novo tipo de ator importante na história do conhecimento das favelas. Mais uma vez se faz notar a influência europeia e, malgrado a orientação nacionalista do governo Vargas quanto ao serviço social, o Brasil segue o exemplo do velho continente. Duas religiosas, uma francesa e uma italiana,<sup>69</sup> estão na origem da criação do Instituto Social do Rio, tornando-se uma delas diretora-chefe desse instituto. De fato foram as

67 A ficha a ser aplicada pelo Serviço Censitário/Comissão de Estudo do Problema das Favelas/Prefeitura do Distrito Federal, datada de 1941, encontra-se disponível no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

68 Moncorvo Filho (1926) e Russel-Wood (1981) oferecem um panorama geral da assistência à infância pobre durante a época colonial e o século XIX. Irma Rizzini (1993) e Irene Rizzini (1997) retomam o tema da assistência à infância no Brasil dentro de uma perspectiva histórica. Landim (1993) analisa a filantropia no Brasil.

69 Fanny du Restu e Jacinta Pietromachi, da Congregação do Coração de Maria, chegaram a ser recebidas pelo ministro da Educação e da Saúde, e pelo próprio Getúlio Vargas (Lima, 1987:54-55).

escolas de serviço social francesas e belgas que serviram de modelo à nova instituição brasileira (Lima, 1987:54-58).

No entanto a orientação populista e clientelista da ação pública, já existente durante o período de Pedro Ernesto na Prefeitura do Distrito Federal, e continuada após a sua gestão, foi também seguida no trabalho das assistentes sociais. Colaboradoras de funcionários municipais, estas assistentes participaram de uma gestão da pobreza que misturava uma certa proteção social ao controle dos pobres.

Já naquela época, as favelas pareciam ter sido campos privilegiados no contexto dessa nova ação social. As assistentes sociais reconheciam a importância de conhecer devidamente a população para realizar um trabalho eficaz. Foi no Largo da Memória, favela do bairro do Leblon, que Maria Hortência do Nascimento e Silva desenvolveu sua pesquisa, constatou os esforços realizados pelo Serviço Social:

"A primeira vez que o Serviço Social tentou resolver o problema do Largo da Memória foi em outubro de 1940. A Assistente Social da Prefeitura, formada pelo Instituto Social, D. Maria Luiza de Fontes Ferreira, que muito se interessava pela questão das favelas, pensou aí construir um Centro Social que se instalaria num barraco, bem ao alance dos favelados. Para basear seu plano em dados concretos, realizou um minucioso recenseamento dos habitantes do Largo da Memória auxiliada por funcionários da Prefeitura" (Silva, 1942:43).

Neste Centro Social, Maria Hortência do Nascimento e Silva realizou o estágio que resultou em monografia de final de curso.<sup>70</sup> Trabalho que pode ser considerado como o primeiro estudo de caso em favela, apesar de não seguir as regras mais tarde estabelecidas por sociólogos e antropólogos. Como trabalho de conclusão de curso o texto surpreende, considerando, ainda hoje, uma importante fonte para a reconstrução da história da pesquisa sobre a favela.<sup>71</sup>

Filha de família rica, Maria Hortência, formada pela melhor escola religiosa feminina do Rio nos anos 1930, o Colégio Sion, mantido por religiosas francesas e no qual se falava francês, seguiu uma das raras trajetórias profissionais possíveis para uma jovem do seu meio àquela época. Contrariamente aos outros observadores, que apenas visitavam ocasionalmente as favelas, ela se deslocava, diariamente, de bonde, para o Largo da Memória, onde realizava o seu trabalho.<sup>72</sup> A favela do Largo da Memória, situada em um terreno plano da Zona Sul do Rio, era de fácil acesso pelo transporte comum. Maria Hortência apresenta uma descrição detalhada (Silva, 1942:19-41) dessa favela incluindo: planos dos diversos tipos de barracos; apresentação da vida cotidiana de seus habitantes; e casos atípicos, denominados "tipos curiosos", com base em relatos dos moradores. Essas informações são completadas através de dados estatísticos fornecidos pe-

<sup>70</sup> Medeiros (2002:99) lembra que outras assistentes sociais, durante os anos 1950 e 1960, discutiram em suas monografias de conclusão de curso a função de visitadoras sociais, assim como os serviços sociais implantados pela prefeitura ou pela Fundação Leão XIII nos parques e favelas.

<sup>71</sup> Vários autores se referem a esse trabalho, entre os quais Parisse (1969a), Leeds & Leeds (1978) e Valla (1986), mas a monografia da assistente social ainda não recebeu a merecida e detalhada análise que lhe é devida.

<sup>72</sup> Entrevista com Maria Hortência do Nascimento e Silva em 1998, pouco antes de sua morte.

la prefeitura referentes a uma população total de 1.619 pessoas. Tabelas simples mostram a repartição da população total por sexo, cor da pele, estado civil, condições de trabalho, nacionalidade, Estado de origem, idade, data de entrada da família na favela, salário mensal e profissões, tendo sido encontradas e listadas nada menos de 36 profissões, desde alfaiate até vigia.<sup>73</sup>

Figura 8

### Favela Largo da Memória, RJ



Fonte: Arquivo da Cidade. VT/MS/19390207.

O texto ainda fornece: a primeira lista das principais favelas do então Distrito Federal, em número de 36 (Silva, 1942:16-17); um esboço de sua tipologia — favelas de mortos, favelas de terrenos planos; favelas estabelecidas, favelas recentes; favelas em terrenos municipais e favelas em terrenos particulares (Silva, 1942:9-14); além de uma categorização do estado dos barracos em "bom, ruim e muito ruim" (Silva, 1942:23-27).

<sup>73</sup> Muito embora Silva (1942) cite apenas a prefeitura como fonte, esses dados estatísticos certamente provêm da pesquisa realizada por Victor Tavares de Moura.

O livro também apresenta as atividades do Serviço Social no Largo da Memória, permitindo compreender melhor o conteúdo do trabalho social realizado naquela época. Em relação à técnica utilizada (dossies, fichas com as visitas feitas às famílias, diagnóstico do caso e propostas de solução), observamos uma grande semelhança com o método de trabalho das assistentes sociais europeias (Barret-Ducrocq, 1991; Guerrant e Rupp, 1978). Já quanto às soluções aplicadas, percebemos o peso das orientações clientelistas, marcado pela frequência das cartas de recomendação para empregos, médicos, hospitais, escolas e internatos, serviços a que os pobres dificilmente teriam acesso sem tal recomendação.

É importante ressaltar que a monografia de Maria Hortência do Nascimento e Silva, mesmo tendo constituído um avanço para o conhecimento detalhado da realidade social das favelas do Rio, e do caso estudado, é bastante marcada por uma visão moral. Além disso, apesar das observações e do trabalho de coleta de dados, o seu discurso também aparece fortemente estruturado pelas representações da pobreza vigentes no início do século (Valladares, 1991). Sem dúvida alguma, tanto em virtude de sua formação como assistente social, quanto de sua pertença às classes superiores. A descrição que segue está bem próxima dos discursos de Martos Pimenta:

"No Rio, cidade de coloridos e galas exuberantes, a luz forte que ressalta a graça inconfundível de uma natureza inigualável, faz da favela um grito ainda mais dissonante, que se destaca na afinação maravilhosa de tanta riqueza e tanta graça.

Talvez seja por isso que nossas favelas pareçam mais miseráveis e sórdidas do que todas as outras.

É uma pobreza tremenda que se abriga naqueles barracos remendados, um abar-dono assustador que confrange o coração dos que penetram nesse mundo à parte, onde vivem os renegados da sorte" (Silva, 1942:7-8).

Os juízos de valor e os preconceitos quanto a pobres e negros frequentemente associados às favelas, aparecem com maior evidência ainda quando ela discute, no capítulo III, o problema da favela que "urge por uma solução definitiva" (Silva, 1942:61). E fica fácil perceber a orientação racista, quem sabe até eugênista do discurso, <sup>74</sup> que apesar de reconhecer as consequências da escravidão, abolida no Brasil apenas em 1888, atribui sua responsabilidade às próprias vítimas.

"Filho de uma raça castigada, o nosso negro, malandro de hoje, traz sobre os ombros uma herança mórbida por demais pesada para que a sacuda sem auxílio, vivendo no mesmo ambiente de miséria e privações; não é sua culpa, se antes dele os seus pais deceram na senzala, e curaram suas moléstias com rezas e "mandingas". [...] "É de espantar, portanto, que prefira sentar-se na soleira da porta, cantando, ou cis-mando, em vez de ter energia para vencer a inércia que o prende, a indolência que o domina, e resolutamente pôr-se a trabalhar?"

<sup>74</sup> Lira (1999) mostrou esse mesmo tipo de orientação eugênista nos discursos sobre os pobres e os camponeses no Recife durante as décadas que sucederam à abolição.

Para que ele o consiga, é preciso, antes de mais nada curá-lo, educá-lo, e, sobretudo, dar-lhe uma casa onde o espere um mínimo de conforto indispensável ao desenvolvimento normal da vida" (Silva, 1942:62-63).

Assim, a prática da assistência social que supunha visitas mais regulares às favelas, contatos mais assíduos e mais íntimos com as famílias, contribuiu para fazer avançar a descoberta da favela durante a longa fase que precedeu às ciências sociais. No entanto, é preciso ressaltar que apesar da coleta de informações ter ocorrido em primeira mão, as interpretações a elas atribuídas foram conservadoras. Resultado do efeito da origem de classe das assistentes sociais da época e da visão de mundo bastante conservadora da Igreja Católica nesse período, ainda essencialmente organizada através do modelo da caridade.

Aliás, é um tanto surpreendente essa aliança das assistentes sociais com o governo populista de Vargas, que mantinha uma outra relação com as categorias populares.<sup>75</sup> Tanto o estudo estatístico de Victor Tavares de Moura, quanto o trabalho de Maria Hortência do Nascimento e Silva serviram à elaboração dos parques proletários do Prefeito Henrique Dodsworth. Essa política, promovida por uma comissão municipal de que Victor Tavares de Moura — diretor do Departamento de Assistência Social da prefeitura — foi o principal inventor, tornou-se a primeira experiência efetiva da política de construção de moradias populares para os residentes das favelas do Rio (Parisse, 1969a; Leeds & Leeds, 1978; Valla, 1986; Medeiros, 2002).

Os três parques proletários construídos durante o período de 1941-1944 (Gávea, considerado modelo, Caju e Praia do Pinto) realojaram de 7 mil a 8 mil pessoas, efetivo modesto se considerarmos que as estimativas da época contavam cerca de 250 mil a 300 mil os residentes nas favelas do Distrito Federal, e que os objetivos estabelecidos por essa nova política eram muito mais ambiciosos (Parisse, 1969a:76).

Apesar da modéstia de tais realizações, esses parques representaram uma nova etapa na concepção de ação pública com respeito às favelas (Burgos, 1998). Dentro da ótica populista de Vargas, já não era mais aceitável intervir nos espaços urbanos considerados problemáticos sem considerar a sua população. Dentro da nova política, não seria mais sustentável incendiar as zonas urbanas ocupadas irregularmente ou simplesmente expulsar os pobres, conforme foi feito na época da guerra contra os cortiços, durante o mandato municipal de Pereira Passos. O regime de Vargas "assumia que muitas doenças em nossas cidades se propagavam pelas más condições de higiene das moradias populares, o que tornava o trabalhador revoltado e 'preguiçoso'. Assumia também que a casa própria e a alimentação adequada eram aspirações legítimas do trabalhador" (Gomes, 1999:62).

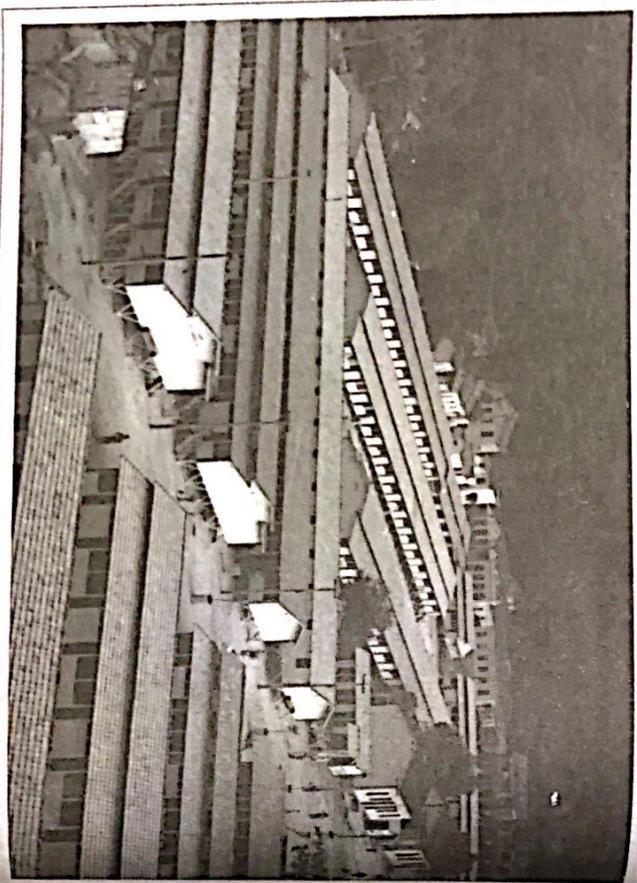
Levantamos aqui a hipótese de considerar que, de alguma forma, a política dos parques proletários dá continuidade a algumas proposições anteriores como as de Martos Pimenta e Agache, fortemente marcadas por uma postura higienista e estética. É importante lembrar que estes dois últimos personagens haviam ressaltado a importância da luta contra a favela, e que suas propostas de realojamento dos favelados não foram retomadas pelas autoridades de sua época. Com Henrique Dodsworth, já sob a égide do populismo, a perspectiva é outra: a luta contra a favela tinha como primeiro objetivo melhorar a sorte de

<sup>75</sup> A história e o papel das assistentes sociais no Brasil ainda não foram abordados por historiadores e sociólogos. Os raros trabalhos publicados são de Lima (1987) e Jamur (1990).

seus habitantes, com a finalidade de obter o apoio popular indispensável à manutenção do regime. Aliás, o nome parques proletários era bastante significativo, ressaltando a valorização do trabalhador, do proletário.

Figura 9

Vista do Parque Proletário Provisório nº 1, Gávea, RJ



Fonte: Arquivo da Cidade. VT/MS/19390207.

Mas essas iniciativas não foram simples operações de realojamento provisório. Não se tratava apenas de retirar as famílias dos espaços insalubres das favelas, fornecendo-lhes novas moradias de acordo com as regras sanitárias. O objetivo era também dar assistência e educar os habitantes para que eles próprios modificassem as suas práticas, adequando-as a um novo modo de vida capaz de garantir sua saúde física e moral. As moradias dos parques proletários eram concebidas como moradias provisórias, um habitat de transição, para assegurar a integração posterior dos habitantes à vida urbana. Esses parques também compreendiam dispensários, escolas, centros sociais, equipamentos esportivos, creches e um posto de polícia. As assistentes sociais foram mobilizadas para conhecer a população e ser realojada, acompanhando o processo e participando de sua adaptação às novas condições de vida, sob seu estrito controle (Oliveira, 1981:47-50).

Uma política certamente inspirada em políticas europeias de alojamentos de transição destinados às populações dos *taudis* franceses (Magri, 1980). Victor Tavares de Moura havia estudado na França e na Alemanha, participado de diversos congressos internacionais e possivelmente tinha conhecimento de tais políticas. A originalidade populista da experiência se manifestava no enquadramento político dos habitantes mobilizados pela sustentação do regime e controlados em suas idas e vindas. Não era à toa que o diretor do Parque Proletário da Gávea fazia um discurso diário para comentar a atualidade e educar politicamente os habitantes (Leeds & Leeds, 1978:195-197).

### A necessidade de dados quantitativos pertinentes: os primeiros recenseamentos e os inícios da produção oficial de dados

Um novo tipo de conhecimento sobre a favela emerge ao final dos anos 1940. Tal saber esboçado inicialmente pelo trabalho pioneiro de Victor Tavares de Moura passa, agora, a ser produzido por organismos oficiais e permanentes encarregados da coleta de dados. Dimensões desconhecidas do fenômeno da favela serão reveladas, a partir desse momento ela não será mais vista apenas como um problema de saúde pública, ordem urbana, estética e assistência social. Será constituído um outro saber sobre os seus habitantes quanto a: atividade, trabalho e profissões, origem geográfica, características demográficas etc. Mas essa emergência de uma produção oficial de dados e de análises, com a finalidade de conhecer a amplitude real e a complexidade do fenômeno, não foi realizada sem dificuldades nem adesões tardias das representações anteriores. Houve duas etapas: um primeiro recenseamento em 1948, que se refere apenas às favelas do Distrito Federal, e o Recenseamento Geral de 1950, no qual pela primeira vez as favelas são indicadas como tais.

Muito embora o Brasil tivesse realizado recenseamentos gerais a partir do final do século XIX, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) tivesse sido criado em 1938<sup>76</sup> e a Prefeitura do Rio, em virtude do seu estatuto de capital federal, também possuísse um Departamento de Geografia e Estatística, não existiam dados precisos sobre o universo tão controverso das favelas. O levantamento cadastral feito durante os recenseamentos de 1920, assim como os dados da Estatística Predial do Distrito Federal em 1933, só contavam domicílios e comércio para as zonas correspondentes a algumas favelas bem conhecidas, como o Morro da Favela e o Morro do Salgueiro (Guimarães, 1953:253). Não havia qualquer cifra exata sobre o conjunto das favelas e suas populações, apenas estimativas de caráter alarmista.

A primeira favela já contava 50 anos de existência quando foi tomada a decisão de realizar um recenseamento específico desse tipo de bairro e seus habitantes. Definido como "espaço provisório", o Morro da Providência não apareceu com as suas reais características de favela, nos recenseamentos oficiais de 1920 e 1940. Conforme já foi assinado, apenas em 1937 o Código de Obras reconheceu oficialmente a favela como um tipo de espaço urbano presente no território do Distrito Federal.

<sup>76</sup> O demógrafo italiano Giorgio Mortara foi o principal responsável pela formação dos primeiros quadros técnicos do IBGE. Uma história completa e detalhada do IBGE, no período 1938-1998, encontra-se em Almeida (2002).

Apesar das demandas por um estudo completo e preciso (conforme proposto no 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo), essa medida só se concretizou quando os poderes públicos compreenderam a importância, no próprio plano de administração pública, de poder dispor de dados confiáveis sobre essa forma de habitação. Isto é o que observa Alberto Passos Guimarães, então diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE.

“Sejam quais forem os rumos escolhidos para equacionar os problemas surgidos com a proliferação dos núcleos de favelados, o acerto das medidas que possam vir a ser postas em prática dependerá do melhor conhecimento das características individuais e sociais dessas populações.

Eis a razão por que o VI Recenseamento Geral do Brasil tomou a iniciativa de apurar separadamente, os dados do Censo Demográfico referentes às favelas do Distrito Federal, oferecendo assim, a todos os interessados, os elementos básicos sobre aquelas aglomerações humanas” (Guimarães, 1953:256).

Percebemos que os argumentos empregados são praticamente os mesmos de Victor Tavares de Moura em 1940. Mas, se os resultados do relatório de Moura foram amplamente comentados pelos jornais da época, o seu trabalho de pesquisa parece ter sido esquecido, já que Alberto Passos Guimarães, descrevendo as pesquisas anteriores a 1950, não menciona o levantamento realizado por aquele para a prefeitura. Guimarães assinala apenas a pesquisa feita em 1948 pela Fundação Leão XIII<sup>77</sup> em duas favelas, os mortos de São Carlos e do Jacarezinho, e o recenseamento de 1949 (Guimarães, 1953:256).

A Prefeitura do Rio, desejosa de “extinguir as favelas ou pelo menos sustar o seu desenvolvimento no Distrito Federal” (Prefeitura do Distrito Federal, 1949:6), adiantou-se ao IBGE, fazendo realizar pelo seu próprio Departamento de Geografia e Estatística, durante o mandato do General Angelo Mendes de Moraes, o primeiro Recenseamento das Favelas do Rio.

Iniciado durante as primeiras semanas de 1947, e encerrado nos finais de março de 1948, sua publicação data de 1949. A primeira etapa foi a inclusão das favelas como conjuntos urbanos, o que permitiu identificar 119 delas em um primeiro momento. Mas a própria pesquisa reduziu esse número para 105, contando ali uma população total de 138.837 habitantes, cujas quais 68.953 do sexo masculino e 69.884 do sexo feminino. Números muito inferiores às estimativas divulgadas pela imprensa do Rio, entre 400 mil e 600 mil habitantes. A população das favelas dentro da população total da cidade equivalia apenas a 7%. O número de moradias chegava a 34.528, correspondendo a uma média de 4,01 pessoas por unidade.

É bom lembrar que o documento oficial não apresenta uma definição de favela, nem indica exatamente os princípios de identificação utilizados. Sabe-se apenas que a redução do número de favelas de 119 para 105 resultou: por um lado, de serem os próprios habitantes, em alguns casos, os proprietários do solo, dado que exclui essas unidades do recenseamento, e revela um critério de definição; e, por outro lado, “de terem sido compreendidos numa só unidade núcleos dispostos na mesma unidade topográfica com denominações diferentes” (Prefeitura do Distrito Federal, 1949:7).

O texto apresenta tabelas gerais agregadas por distritos, construídas a partir de dados referentes a cada favela. Os dados se referem a:

- a) moradias de acordo com o seu tipo e número de cômodos; materiais da cobertura do telhado, revestimento do chão, tipo de saneamento, iluminação, fornecimento de água; pagamento ou não de aluguel (chão e habitação) e o seu valor;
- b) população classificada segundo as características demográficas seguintes: sexo, idade, naturalidade, nível de escolaridade, cor da pele, estado civil, registro ou não de nascimento, atividade profissional, zona de moradia e zona de exercício da profissão, salário declarado.

Os resultados revelam uma imagem da população das favelas bastante diferente das representações até então dominantes. Por exemplo, dois terços dos habitantes das favelas eram originários do próprio Distrito Federal (38%) ou do Estado do Rio de Janeiro (29%), não passando os migrantes chegados do Leste ou do Nordeste de 6%. Ou ainda, os habitantes analfabetos com mais de sete anos correspondiam a 53% dos habitantes, e não a grande maioria, conforme se pensava.

No entanto, o documento oficial em que foram publicados esses resultados, “Censo das Favelas — aspectos gerais” (1949), é deveras surpreendente pelo contraste entre a qualidade e o interesse das informações apresentadas pela primeira vez ao público, e os comentários e interpretações, expressando preconceitos sociais e raciais ainda mais conservadores e passadistas do que aqueles apresentados pela assistente social Maria Hortência do Nascimento e Silva.

Um bom exemplo é o tema da “cor” dos residentes. Em primeiro lugar aparecem os resultados que mostram o grupo mais numeroso dos mestiços ou pardos, com 36%, em seguida vêm os negros, 35%, e os brancos, 29%. Esses percentuais contrastam com o peso desses mesmos grupos no conjunto do Distrito Federal segundo o recenseamento de 1940: 17%, 11% e 71%, respectivamente. O comentário que segue, longe de explicitar a escuridão desses resultados com respeito aos discursos anteriores, como seria possível esperar, logo descamba para o preconceito racial mais rasteiro:

“Não é de surpreender o fato de os pretos e pardos prevalecerem nas favelas. Hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas, fornecem em quase todos os nossos núcleos urbanos os maiores contingentes para as baixas camadas da população” (Prefeitura do Distrito Federal, 1949:8).

Da página 10 até o final do texto, p. 19, o que predomina é um discurso moral cheio de clichês e preconceitos contra os pobres, chegando a invocar biologia e raça, com viés eugenista:

“As características e a capacidade biológicas de um povo são transmitidas através de várias gerações e constituem substratum sobre o qual a sua vida é edificada. Na ausência de animais humanos biologicamente sadios, não há riqueza de recursos produtivos, nem melhoramento de atividades institucionais que possam assegurar produtividade elevada [...] O preto, por exemplo, via de regra não soube ou não pode aproveitar a liberdade adquirida e a melhoria econômica [...] Rensceu-lhe a religião atávica, retornou a estagnação que estiola, fundamentalmente necessitada de reposição que revigora, ou então — e como ele todos os indivíduos de necessidade primitivas, sem amor próprio e sem respeito à própria dignidade — privou-se do essencial à manutenção de um nível de vida decente mas investe somas relativamente elevadas em indumentária exótica, na gafeira e nos cordões carnavalescos, gastando

tudo, enfim, que lhe sobra da satisfação das estritas necessidades de uma vida normal da indigência" (Prefeitura do Distrito Federal, 1949:10-11).

O mesmo discurso de juízo moral pode ser encontrado a propósito da higiene e das condições de vida familiar:

"As consequências desse complexo de condições negativas não se fazem sentir apenas no campo da higiene, o desasseio é agravado pela promiscuidade e esta, reforçando a ação de outros fatores adversos, provoca lamentáveis consequências de ordem moral" (Prefeitura do Distrito Federal, 1949:16-17).

O autor, ou autores do documento, munidos agora de dados estatísticos, julgaram-se competentes não só para analisar esses dados, como também para separar os "merecedores" dos "não-merecedores":

"A elevada proporção de habitantes nas idades economicamente passivas, notadamente as crianças e adolescentes, o baixo nível de renda e de instrução, as péssimas condições higiénicas, o grande número de ligações naturais, apresentam clima propício ao desenvolvimento dos fatores de desintegração da personalidade humana. O número reduzido de famílias legalmente constituídas que consegue manter-se com dignidade em tal convívio é digno de admiração e, por isso, os seus representantes devem constituir os primeiros a merecer amparo em todas as iniciativas que visem a recuperação dos favelados" (Prefeitura do Distrito Federal, 1949:17-18).

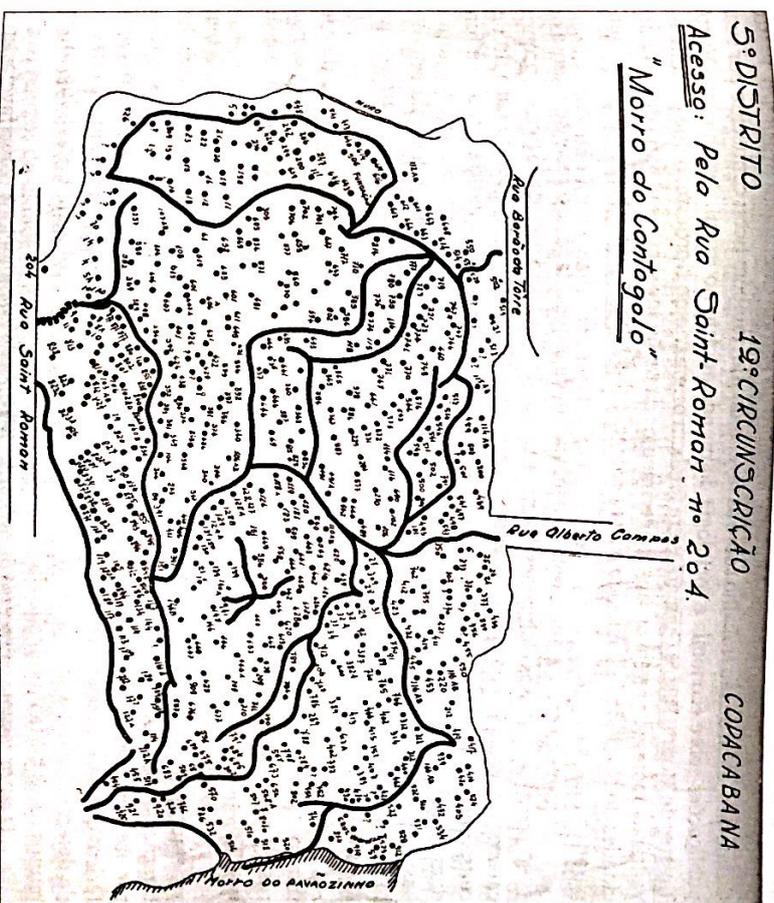
Podem parecer surpreendente um documento oficial publicado em 1949, com um discurso tão conservador e arcaico, que contrasta com a glorificação do popular incentivada durante o período Vargas. Mas a verdade é que em 1945 a ditadura de Getúlio já havia sido derrubada. E, conforme foi assinalado, ao realizar esse recenseamento em 1947, o objetivo da Prefeitura do Rio era justificar o retorno a uma política prioritariamente de erradicação para as favelas.

Ressaltamos, ainda, que o prefeito do Rio, cujo nome figura na capa da publicação, era um militar — o General Angelo Mendes de Moraes — e o diretor do Departamento Municipal de Geografia e Estatística era igualmente um militar, o Major Durval de Magalhães Coelho. Também é surpreendente encontrar nesse documento argumentos racistas e etn nazistas em nome dessa ideologia. Mas é preciso lembrar que, apesar do regime Vargas ter se aliado internacionalmente aos países que combatiam o nazismo, nem por isso deixou de alimentar simpatias ideológicas em relação a ele, com a difusão de ideologias fascistas durante os anos 1930, através do Movimento Integralista (Trindade, 1979).

Ainda que a interpretação oficial se aproximasse das representações anteriores, quanto à produção de novos conhecimentos das favelas de 1948 não deixou de ter efeitos que puderam utilizá-los com a finalidade de propor novas interpretações.

Uma nova etapa foi alcançada no ano seguinte com o **Recenseamento Geral de 1950**. Realizado pelo IBGE sob os auspícios do governo federal, registra os mesmos dados detalhados para a favela e para o resto da cidade. Pela primeira vez, o Censo Demográfico não só permite conhecer a população das favelas e suas condições de vida, como também comparar a população do Distrito Federal em seu conjunto.

Mapa da favela do Morro do Cantagalo preparado pelo IBGE para uso dos recenseadores



Fonte: Revista Brasileira de Estatística, v. 14, n. 55, jul./set. 1953.

Sem nenhuma dúvida, a qualidade dos resultados do recenseamento de 1950 para as favelas do Rio é devida à contribuição de Alberto Passos Guimarães, então diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE. Personagem pouco estudado até aqui,<sup>78</sup> estabeleceu a definição de favela que permitiu esse recenseamento e redigiu o primeiro texto oficial de apresentação dos resultados (Guimarães, 1953). Nascido em 1908 no Estado de Alagoas, e falecido no Rio em 1993 — apesar de não ter realizado

<sup>78</sup> As informações reunidas por nós sobre Alberto Passos Guimarães são provenientes de uma entrevista com seu filho, Alberto Passos Guimarães Filho, de uma lista de suas publicações para o IBGE e de entrevista com Luiz Nogueira Barros que, em 2000, trabalhava na preparação de sua biografia.

estudos superiores, pertenciam ao grupo de intelectuais alagoanos, entre os quais Aurélio Buarque de Holanda e Manuel Diegues Júnior.<sup>79</sup>

Alberto Passos Guimarães, antes de trabalhar no IBGE, foi responsável pelo Serviço de Estatística da Rede Ferroviária Federal em Maceió. No IBGE foi influenciado e formado pelo demógrafo italiano Giorgio Mortara. Membro do Partido Comunista Brasileiro, Passos Guimarães, além de seu trabalho sobre as favelas do Rio, também ficou conhecido por suas publicações sobre economia e sociologia do mundo agrário no Brasil. Assim como Victor Tavares de Moura, Passos Guimarães era também originário do Nordeste, o que permite levantar a hipótese de terem os seus conhecimentos da realidade social e urbana das grandes cidades do Nordeste influenciado a sua percepção das favelas, através de um olhar comparativo mais sutil.

A primeira característica notável e inovadora da apresentação do recenseamento de 1950 por Alberto Passos Guimarães é a importância da discussão metodológica da própria categoria favela. Ao contrário do recenseamento de 1948, só de favelas, no caso do Recenseamento Geral torna-se necessária uma definição precisa, na medida em que é fundamental distinguir o que é favela daquilo que não é. Sob esse aspecto, o texto do autor é bastante explícito e interessante, na medida em que está apoiado em uma dupla reflexão histórica, a história da formação das favelas e o conhecimento das pesquisas anteriores que as estudaram, exceto o relatório de Victor Tavares de Moura.

Alberto Passos Guimarães indica que a definição de favela tem como ponto de partida "os aglomerados que o consenso público classifica como tal, estejam situados nos morros ou em qualquer outra parte" (Guimarães, 1953:258). Mas esse "consenso" não é suficiente, e a definição precisa supõe a explicitação de seus critérios.

A localização geográfica sobre um morro não é mais um critério exclusivo, pois bem sabemos que diversas favelas se desenvolveram em outros tipos de terreno. O tipo de habitação — barraco, construção precária — não é por si só um critério suficiente, pois o autor observa que esse tipo de moradia é também encontrado em numerosos bairros periféricos que não se poderia considerar em seu conjunto como favelas. Finalmente, a questão da determinação dos limites da favela é ressaltada como um problema metodológico, em muitos casos bastante complicado.

O autor resume o processo de definição dos bairros reconhecidos como favelas através da utilização simultânea dos cinco critérios seguintes, não aplicados às construções individuais, mas a conjuntos de construções, ou aglomerados.

"Desse modo, foram incluídos na conceituação de favelas os aglomerados humanos que possuísem, total ou parcialmente, as seguintes características:

1. *Proporções mínimas* — Agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50;
2. *Tipo de habitação* — Predominância no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto rústico típico, construídos principalmente de folhas de Flandres, chapas zinçadas, tábuas ou materiais semelhantes;

<sup>79</sup> Diegues Júnior foi discípulo de Gilberto Freyre e, nos anos 1960, tornou-se diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais da UNESCO no Rio de Janeiro. Ver capítulo II.

3. *Condição jurídica da ocupação* — Construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;

4. *Melhoramentos públicos* — Ausência no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;

5. *Urbanização* — Área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou empacamento" (Guimarães, 1953:259).

A aplicação desses critérios levou o Recenseamento Demográfico de 1950 a registrar 58 favelas ao invés das 105 identificadas pela Prefeitura do Distrito Federal dois anos antes. Essa importante diferença não poderia resultar de uma redução real do número de favelas, pois não houve casos conhecidos de transferência ou erradicação dessas aglomerações durante tal período. É possível considerar a hipótese da diferença se referir, sobretudo, ao critério de 50 moradias: em virtude do que as favelas menores do recenseamento anterior não teriam sido consideradas. Isto é confirmado de maneira indireta, em virtude do número de favelas ter diminuído e aumentado um pouco o de habitantes, passando de 138.837 para 169.305. As favelas menores, não consideradas, com certeza contavam poucos habitantes no total, e aquelas com mais de 50 moradias tiveram a sua população aumentada de fato. É bastante provável, também, que a qualidade do recenseamento feito pelo IBGE tenha sido superior à do Censo das Favelas da Prefeitura, mas faltam informações para confirmar isso. Apesar das diferenças, observamos que a ordem de grandeza permanece a mesma, muito inferior às cifras de 400 mil a 600 mil anunciadas antes.

Uma apresentação mais detalhada dos resultados permitiu, na época, uma compreensão mais fina da diversidade das favelas do Rio, em particular quanto ao seu tamanho e localização na cidade.

A mais simbólica, o Morro da Favela, em 1950 está longe de ser a mais populosa, com apenas 4.567 habitantes, aparecendo em 13º lugar. A maior de todas é, de longe, o Jacarezinho, com 18.424 moradores, seguido pela Mangueira, com 8.949.

A lista das favelas traz a indicação da circunscrição administrativa, permitindo realisar comparações entre as zonas geográficas. As favelas já são encontradas em quase todos os bairros da cidade, e não apenas onde sua presença é mais visível, e mais criticada, ou seja, nos bonitos bairros do Centro e da Zona Sul (Lagoa, Copacabana e Gávea) o que, aliás, já era mostrado pela lista das favelas e pelo mapa<sup>80</sup> que acompanhava a publicação do recenseamento de 1948 (Prefeitura do Distrito Federal, 1949:20). A população favelada tem mais ou menos a mesma importância na Zona Norte (bairros mais populares) e na Zona Sul. No entanto as duas maiores favelas — Jacarezinho e Mangueira — estão na Zona Norte.

Um dado curioso é constatar a presença, na lista de favelas do recenseamento de 1950, do Parque Proletário da Gávea. Concebido como solução provisória para o realojamento dos favelados, oito anos mais tarde essa solução já era considerada um fracasso. O que poderia ter sido uma alternativa tornou-se um equivalente à favela.

Quanto à origem geográfica dos habitantes, os resultados confirmam o censo de 1948, com maiores detalhes. Dois terços deles nasceram no próprio Distrito Federal

<sup>80</sup> O Censo de Favelas da Prefeitura traz o primeiro mapa das favelas distribuídas no Distrito Federal de que tenho conhecimento.

(38,6%) ou no Estado do Rio de Janeiro (27,5%). Entre o terço restante, a maioria vem dos Estados vizinhos de Minas Gerais (16,5%) e Espírito Santo (7,1%). Confirmam também que os migrantes originários dos nove Estados do Leste e do Nordeste são minoritários (8,5%). Nessa época não havia estrada asfaltada nem transportes coletivos entre Rio e Salvador, sendo o navio o único meio de transporte para as classes populares.

Uma novidade importante trazida pelo recenseamento de 1950 era o fato de ser este um recenseamento geral, e por isso mesmo permitir, pela primeira vez, uma comparação entre as favelas e o resto da cidade. Alberto Passos Guimarães, em suas análises dos resultados, opera de maneira sistemática essa comparação observando, por exemplo, que 56,5% da população do Distrito Federal eram originários do próprio Distrito Federal, contra 38,6% entre os favelados. Estes correspondem, efetivamente, a um número maior de migrantes do que o resto da população, ainda que sejam originários principalmente de regiões mais próximas.

Quanto à cor da pele, as ordens de grandeza são as mesmas, com resultados um pouco diferentes daqueles encontrados em 1948: 32% de brancos, 29% de mestiços e 38% de negros em 1950, contra 29%, 36% e 35% em 1948. As diferenças não são negligenciáveis, mas podem resultar de diferenças de método quanto ao registro dos dados, na medida em que essa variável é uma das menos explícitas.

Com respeito à atividade dos residentes nas favelas, a comparação entre os dois recenseamentos não pode ser feita. Por um lado, as categorias de atividade econômica consideradas são diferentes nos dois censos, mais detalhadas em 1950. Por outro lado, as categorias utilizadas em 1950 só consideram pessoas com 10 ou mais anos; segundo o critério de definição da população economicamente ativa, enquanto as mesmas categorias de 1948 reúnem o conjunto da população, sem subtrair da PEA os menores de 10 anos.

Guimarães (1953:261) observa que o peso das indústrias de transformação é bem mais importante entre os favelados do que no conjunto da população do Distrito Federal (23% contra 13%), enquanto o peso do setor de serviços está bastante próximo (14% contra 12%).

Isto leva o autor a concluir que o recenseamento aponta nas favelas "uma população ativa, predominantemente trabalhadora, ligada através de ocupações diversas aos principais ramos de atividade econômica desenvolvidos no Distrito Federal" (Guimarães, 1953:261). Desta maneira, são oficialmente questionados os discursos anteriores sobre a preguiça e a ociosidade dos habitantes das favelas, assim como a análise do Censo da Prefeitura de 1948, lembrando que, neste último, a categoria dos inativos era muito mais importante, 65%, ou seja, quase dois terços. Mas essa categoria reunia crianças e mulheres exercendo atividades domésticas não remuneradas, e não apenas os homens adultos inativos.

Guimarães é bem enfático: "não se trata pois de uma população composta de marginais, mas de aglomerados humanos integrados regularmente na vida social" (Guimarães, 1953:261).

O representante do IBGE também observa que essa classificação mais detalhada dos inativos "determinada com maior precisão nos quadros apresentados pelo Censo Demográfico de 1950 do que em qualquer outro levantamento anterior" (Guimarães, 1953:261), e uma apreensão melhor do fenômeno. De fato, entre a população de 10 e mais anos encontramos 48.103 pessoas classificadas como "atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes", que são ou mulheres do lar, ou crianças escolares, e 11.130 classificados como inativos. O peso destes últimos inativos é apenas um pouco mais elevado nas favelas do que no conjunto da população do Distrito Federal (9%

contra 7%), mas o autor acrescenta que esta diferença é ainda mais significativa porque "nas populações de nível econômico inferior são frequentes e prematuros os casos de incapacidade parcial e total para o trabalho, seja por invalidez ou por quaisquer outras razões" (Guimarães, 1953:261).

Guimarães também se distingue dos seus predecessores de 1948, que reiteravam o preconceito racista. Em seus comentários sobre a relação entre cor da pele e atividade, ele analisa de forma bem mais sutil a relação entre o estatuto social das categorias raciais e os tipos de atividade. Apoiado nos resultados estabelecidos por Giorgio Mortara a partir do recenseamento de 1940, ele considera não ser surpreendente encontrar entre os favelados, que são grupos de baixa renda, uma elevada proporção de mestiços e de negros, aqueles com o menor acesso aos empregos mais qualificados e mais bem remunerados (Guimarães, 1953:260).

O Recenseamento Geral de 1950 e o texto de Guimarães (1953) correspondem a um marco na história da produção das representações sociais da favela carioca, na medida em que definiram uma categoria geral de favela. Como já dissemos, este recenseamento se diferencia do Censo das Favelas de 1948, não apenas pela precisão e pertinência superiores das categorias utilizadas e dos dados produzidos, mas também pela qualidade de sua interpretação, devida a Guimarães, que explicita a importância e o significado sociológico de tais resultados. Após essa publicação, a imagem pública das favelas do Rio jamais seria a mesma.

Vale ressaltar, no entanto, que o Recenseamento Geral de 1950 teve um impacto para além do caso particular do Rio. De fato, tendo sido as favelas introduzidas no recenseamento nacional foi possível evidenciar a existência de fenômenos semelhantes, sob outras denominações — como os mocambos, já mencionados, do Recife. A existência de lugares comparáveis à favela carioca em outras cidades do Brasil, realidade até então oculta e invisível no plano político, tornou-se visível e mensurável graças a essas novas categorias estatísticas. O texto de Guimarães é explícito:

"As favelas deixam de ser, por esse e outros motivos, um fenômeno a parte, próprio e exclusivo do Distrito Federal, com características inconfundíveis e essencialmente diversas de quaisquer outros aglomerados das classes pobres. Suas populações representam uma parcela, como tantas que integram a sociedade brasileira" (Guimarães, 1953:254-255).

A introdução de uma categoria relativa a conjuntos de moradias precárias no recenseamento brasileiro — encontrados até hoje sob o título de "aglomerado subnormal" —, a partir do caso do Rio, contribuiu para a generalização do uso da palavra favela que, progressivamente, passou de categoria local a categoria nacional.

Diga-se ainda que o texto de Guimarães, contrariamente aos outros trabalhos aqui examinados, é, antes de tudo, analítico e metodológico. Na verdade, o autor lembra a questão das soluções necessárias para esse problema social e urbanístico:

"As favelas devem ser urbanizadas ou simplesmente extintas?"

A extinção das favelas [...] implicaria a acomodação em zonas distantes de 60.000 famílias, a construção em prazo curto de cerca de 50.000 novas casas para verda ou lo-

cação a preços limitados e exigiria a solução do problema dos transportes, ampliando-se e barateando-se os atuais meios de locomoção.

Urbanizar os mortos e favelas em geral não seria, possivelmente, empreendimento menos custoso, embora parecesse mais de acordo com o sentido social e humano da questão. Quem asseguraria, porém, que depois de urbanizados as favelas e os mortos nelas permanecessem seus atuais moradores?<sup>81</sup> (Guimarães, 1953:55-256).

Mas sua preocupação principal é afirmar a importância do conhecimento exato do fenômeno para definir políticas verdadeiramente bem adaptadas, mantendo-se dispostos quanto à escolha de soluções:

“Sejam quais forem os rumos escolhidos para equacionar os problemas surgidos com a proliferação dos núcleos de favelados, o acerto das medidas que possam vir a ser postas em prática dependerá do melhor conhecimento das características individuais e sociais dessas populações” (Guimarães, 1953:256).

Surge assim um novo posicionamento frente ao trabalho intelectual, que acrescenta uma contribuição legítima através do esforço do conhecimento científico, postura distinta do político, que tem a responsabilidade de escolher soluções. Essa nova postura merece ser ressaltada na medida em que o final dos anos 1940 e início dos 1950 marcou um intenso debate político quanto ao destino das favelas.

Entre os protagonistas desse debate destaca-se a Igreja Católica, que, para defender as favelas, criou em 1947 a Fundação Leão XIII e lançou em 1955, sob a iniciativa de Dom Helder Câmara, a Cruzada São Sebastião. Nessa mesma época intervem os movimentos antifavelas cristalizados em torno do jornalista Carlos Lacerda, que, em 1948, inicia a “Batalha do Rio”.<sup>82</sup>

Conforme veremos no capítulo II, os dados do recenseamento de 1950 tanto contribuíram para a construção de representações e argumentos da Igreja quanto do jornalista. Mas, ao mesmo tempo, estimularam e alimentaram, através do conhecimento do fenômeno em sua complexidade, a entrada em cena das ciências sociais.

Duas obras publicadas nos anos 1950 retomam e aprofundam sob certos aspectos os resultados do recenseamento. O livro *As favelas do Distrito Federal*, de José Alípio Goulart, publicado em 1957 pelo Ministério da Agricultura, é o primeiro inteiramente dedicado às favelas do Rio. Este autor retoma as análises de Guimarães, através de observações em tom mais jornalístico, sem alterar o sentido dos resultados. Goulart valoriza particularmente os dados que, mais uma vez, questionam a visão existente das favelas quanto à atividade de seus habitantes, origem migratória etc. Sua postura aparece, ao mesmo tempo, menos estritamente científica e mais engajada quanto às soluções. O autor se posiciona, de maneira

<sup>81</sup> Observação premonitória, conforme demonstramos ao analisar a política de remoção de favelas dos governos Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas, ou seja, o retorno à favela como consequência direta das operações governamentais (Valladares, 1978a).  
<sup>82</sup> A Batalha do Rio, iniciativa de Carlos Lacerda, foi recentemente estudada por M. L. da Silva (2001).

explícita, a favor da Fundação Leão XIII — da qual, aliás, publica alguns dados de pesquisa sobre as favelas — e da Cruzada São Sebastião.

A outra obra é o livro do sociólogo Costa Pinto *O negro no Rio de Janeiro*, publicado pela primeira vez em 1953. O livro não trata especificamente de favelas, mas, no capítulo intitulado “Ecologia”, analisa a repartição dos grupos étnicos na aglomeração urbana do Rio de Janeiro e sob esse aspecto aborda as favelas, apoiando-se nos novos dados sociodemográficos disponíveis.<sup>83</sup> Para melhor compreender a favela do ponto de vista das relações entre raças, Costa Pinto utiliza os indicadores de ocupação profissional e nível de renda, extraídos do recenseamento, além de mostrar a inter-relação entre estratificação social, situação ecológica e condição étnica. Ainda que não cite Passos Guimarães, de quem não poderia ter lido o artigo publicado no mesmo ano de seu livro, nem Giorgio Mortara, em quem aquele se inspirou, as duas conclusões são convergentes.

Primeira produção sociológica que aborda as favelas, apesar de estritamente voltada para as relações de raça, o livro de Costa Pinto, enquanto apresenta os resultados de uma pesquisa dirigida pela UNESCO,<sup>84</sup> também manifesta a postura de um pesquisador em ciências sociais, que procura analisar o fenômeno de maneira rigorosa e não redutora. O autor separa claramente o procedimento cognitivo do procedimento prescritivo, ao contrário das contribuições analisadas anteriormente, nas quais as observações, impressionistas, eram inseparáveis das soluções preconizadas. É bom lembrar que Costa Pinto realizou apenas uma análise dos dados secundários do recenseamento de 1948. A mobilização das ciências sociais para uma observação direta das favelas ainda permanece por fazer, constituindo uma nova fase que estudaremos no próximo capítulo.

<sup>83</sup> Como o trabalho de Costa Pinto foi anterior à publicação dos resultados do recenseamento de 1950, ele utiliza os dados do Censo das Favelas de 1948, que, conforme demonstrei, apresentou resultados semelhantes ao recenseamento de 1950, diferindo fundamentalmente quanto às respectivas interpretações.  
<sup>84</sup> Esta pesquisa foi encomendada pela UNESCO no âmbito de um conjunto de estudos sobre as relações raciais no Brasil durante os anos 1950 (Mato, 1997, 1998).